

CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER

CAPÍTULOS CONTEÚDO

I	ESCRITURA SAGRADA
II	DEUS E A SANTÍSSIMA TRINDADE
III	DECRETOS ETERNOS DE DEUS
IV	CRIAÇÃO
V	PROVIDÊNCIA
VI	QUEDA DO HOMEM, O PECADO E O SEU CASTIGO
VII	PACTO DE DEUS COM O HOMEM
VIII	CRISTO O MEDIADOR
IX	LIVRE ARBÍTRIO
X	VOCAÇÃO EFICAZ
XI	JUSTIFICAÇÃO
XII	ADOÇÃO
XIII	SANTIFICAÇÃO
XIV	FÉ SALVADORA
XV	ARREPENDIMENTO PARA A VIDA
XVI	BOAS OBRAS
XVII	PERSEVERANÇA DOS SANTOS
XVIII	CERTEZA DA GRAÇA E DA SALVAÇÃO
XIX	LEI DE DEUS
XX	LIBERDADE CRISTÃ E LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA
XXI	CULTO RELIGIOSO E O DOMINGO
XXII	JURAMENTOS LEGAIS E OS VOTOS
XXIII	MAGISTRADO CIVIL
XXIV	MATRIMÔNIO E DIVÓRCIO
XXV	IGREJA
XXVI	COMUNHÃO DOS SANTOS
XXVII	SACRAMENTOS
XXVIII	BATISMO
XXIX	CEIA DO SENHOR
XXX	CENSURAS ECLESIASTICAS
XXXI	SÍNODOS E CONCÍLIOS
XXXII	ESTADO DO HOMEM DEPOIS DA MORTE E A RESSUREIÇÃO DOS
MORTOS	
XXXIII	JÚIZO FINAL
	PREFÁCIO AOS NOVOS CAPÍTULOS
	NOTA HISTÓRICA
	A AUTORIDADE DA CONFISSÃO DE FÉ E DOS CATECISMOS
XXXIV	ESPÍRITO SANTO
XXXV	AMOR DE DEUS E MISSÕES

CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER

CAPÍTULO I **DA ESCRITURA SAGRADA**

I. Ainda que a luz da natureza e as obras da criação e da providência de tal modo manifestem a bondade, a sabedoria e o poder de Deus, que os homens ficam inescusáveis, contudo não são suficientes para dar aquele conhecimento de Deus e da sua vontade necessário para a salvação; por isso foi o Senhor servido, em diversos tempos e diferentes modos, revelar-se e declarar à sua Igreja aquela sua vontade; e depois, para melhor preservação e propagação da verdade, para o mais seguro estabelecimento e conforto da Igreja contra a corrupção da carne e malícia de Satanás e do mundo, foi igualmente servido fazê-la escrever toda. Isto torna a Escritura Sagrada indispensável, tendo cessado aqueles antigos modos de revelar Deus a sua vontade ao seu povo.

Referências - Sl 19: 1-4; Rm 1: 32; 2:1; 1:19-20; 2:14-15; I Co 1:2; 2:13-14; Hb 1:1-2; Lc 1:3-4; Rm 15:4; Mt 4:4,7,10; Is 8: 20; I Tm 3: 15; II Pe 1:19.

II. Sob o nome de Escritura Sagrada, ou Palavra de Deus escrita, incluem-se agora todos os livros do Velho e do Novo Testamento, que são os seguintes, todos dados por inspiração de Deus para serem a regra de fé e prática:

O VELHO TESTAMENTO

Gênesis	Esdras	Oséias
Êxodo	Neemias	Joel
Levítico	Ester	Amós
Números	Jó	Obadias
Deuteronômio	Salmos	Jonas
Josué	Provérbios	Miquéias
Juizes	Eclesiastes	Naum
Rute	Cântico dos	Habacuque
I Samuel	Cânticos	Sofonias
II Samuel	Isaías	Ageu
I Reis	Jeremias	Zacarias
II Reis	Lamentações	Malaquias
I Crônicas	Ezequiel	
II Crônicas	Daniel	

O NOVO TESTAMENTO

Mateus	Efésios	Hebreus
Marcos	Filipenses	Tiago
Lucas	Colossenses	I Pedro
João	I Tessalonicenses	II Pedro
Atos	II Tessalonicenses	I João
Romanos	I Timóteo	II João
I Coríntios	II Timóteo	III João
II Coríntios	Tito	Judas
Gálatas	Filemon	Apocalipse

Ref. Ef 2:20; Ap 22:18-19; II Tm 3:16; Mt 11:27.

III. Os livros geralmente chamados Apócrifos, não sendo de inspiração divina, não fazem parte do cânon da Escritura; não são, portanto, de autoridade da Igreja de Deus,

nem de modo algum podem ser aprovados ou empregados senão como escritos humanos.

Ref. Lc 24:27,44; Rm 3:2; II Pe 1:21.

IV. A autoridade da Escritura Sagrada, razão pela qual deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou Igreja, mas depende somente de Deus (a mesma verdade) que é o seu Autor; tem, portanto, de ser recebida, porque é a Palavra de Deus.

Ref. II Tm 3:16; I Jo 5:9, I Ts 2:13.

V. Pelo testemunho da Igreja podemos ser movidos e incitados a um alto e reverente apreço da Escritura Sagrada; a suprema excelência do seu conteúdo, a eficácia da sua doutrina, a majestade do seu estilo, a harmonia de todas as suas partes, o escopo do seu todo (que é dar a Deus toda a glória), a plena revelação que faz do único meio de salvar-se o homem, as suas muitas outras excelências incomparáveis e completa perfeição, são argumentos pelos quais abundantemente se evidencia ser ela a palavra de Deus; contudo, a nossa plena persuasão e certeza da sua infalível verdade e divina autoridade provém da operação interior do Espírito Santo que, pela Palavra e com a Palavra, testifica em nosso coração.

Ref. I Tm 3:15; I Jo 2:20,27; Jo 16:13-14; I Co 2:10-12.

VI. Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a glória dele e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela. À Escritura nada se acrescentará em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens; reconhecemos, entretanto, ser necessária a íntima iluminação do Espírito de Deus para a salvadora compreensão das coisas reveladas na Palavra, e que há algumas circunstâncias, quanto ao culto de Deus e ao governo da Igreja, comum às ações e sociedades humanas, as quais têm de ser ordenadas pela luz da natureza e pela prudência cristã, segundo as regras gerais da Palavra, que sempre devem ser observadas.

Ref. II Tm 3:15-17; Gl 1:8; II Ts 2:2; Jo 6:45; I Co 2:9,10, 12; I Co 11:13-14.

VII. Na Escritura não são todas as coisas igualmente claras em si, nem do mesmo modo evidentes a todos; contudo, as coisas que precisam ser obedecidas, cridas e observadas para a salvação, em uma ou outra passagem da Escritura são tão claramente expostas e explicadas, que não só os doutos, mas ainda os indoutos, no devido uso dos meios ordinários, podem alcançar uma suficiente compreensão delas.

Ref. II Pe 3:16; Sl 119:105,130; At 17:11.

VIII. O Velho Testamento em Hebraico (língua original do antigo povo de Deus) e o Novo Testamento em Grego (a língua mais geralmente conhecida entre as nações no tempo em que ele foi escrito), sendo inspirados imediatamente por Deus e pelo seu singular cuidado e providência conservados puros em todos os séculos, são, por isso, autênticos, e assim em todas as controvérsias religiosas a Igreja deve apelar para eles como para um supremo tribunal; mas, não sendo essas línguas conhecidas por todo o povo de Deus, que tem direito e interesse nas Escrituras e que deve, no temor de Deus, lê-las e estudá-las, esses livros têm de ser traduzidos nas línguas vulgares de todas as nações aonde chegarem, a fim de que a Palavra de Deus, permanecendo

nelas abundantemente, adorem a Deus de modo aceitável e possuam a esperança pela paciência e conforto das escrituras.

Ref. Mt 5:18; Is 8:20; II Tm 3:14-15; I Co 14:6,9,11,12,24,27-28; Cl 3:16; Rm 15:4.

IX. A regra infalível de interpretação da Escritura é a mesma Escritura; portanto, quando houver questão sobre o verdadeiro e pleno sentido de qualquer texto da Escritura (sentido que não é múltiplo, mas único), esse texto pode ser estudado e compreendido por outros textos que falem mais claramente.

Ref. At. 15: 15; Jo 5:46; II Pe 1:20-21.

X. O Juiz Supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas têm de ser determinadas, e por quem serão examinados todos os decretos de concílios, todas as opiniões dos antigos escritores, todas as doutrinas de homens e opiniões particulares, o Juiz Supremo, em cuja sentença nos devemos firmar, não pode ser outro senão o Espírito Santo falando na Escritura.

Ref. Mt 22:29,31; At.28:25; Gl 1:10.

CAPÍTULO II DE DEUS E DA SANTÍSSIMA TRINDADE

I. Há um só Deus vivo e verdadeiro, o qual é infinito em seu ser e perfeições. Ele é um espírito puríssimo, invisível, sem corpo, membros ou paixões; é imutável, imenso, eterno, incompreensível, onipotente, onisciente, santíssimo, completamente livre e absoluto, fazendo tudo para a sua própria glória e segundo o conselho da sua própria vontade, que é reta e imutável. É cheio de amor, é gracioso, misericordioso, longânimo, muito bondoso e verdadeiro galardoador dos que o buscam e, contudo, justíssimo e terrível em seus juízos, pois odeia todo o pecado; de modo algum terá por inocente o culpado.

Ref. Dt 6:4; I Co 8:4,6; I Ts 1:9; Jr 10:10; Jó 11:79;26:14; Jo 6:24; I Tm 1:17; Dt 4:15-16; Lc 24:39; At 14:11,15; Tg 1:17; I Rs 8:27; Sl 92:2;145:3; Gn 17:1; Rm 16:27; Is 6:3; Sl 115:3; Ex 3:14; Ef 1:11; Pv 16:4; Rm 11:36; Ap 4:11; I Jo 4:8; Ex 36:6-7; Hb 11:6; Ne 9:32-33; Sl 5:5-6; Na 1:2-3.

II. Deus tem em si mesmo, e de si mesmo, toda a vida, glória, bondade e bem-aventurança. Ele é todo suficiente em si e para si, pois não precisa das criaturas que trouxe à existência, não deriva delas glória alguma, mas somente manifesta a sua glória nelas, por elas, para elas e sobre elas. Ele é a única origem de todo o ser; dele, por ele e para ele são todas as coisas e sobre elas tem ele soberano domínio para fazer com elas, para elas e sobre elas tudo quanto quiser. Todas as coisas estão patentes e manifestas diante dele; o seu saber é infinito, infalível e independente da criatura, de sorte que para ele nada é contingente ou incerto. Ele é santíssimo em todos os seus conselhos, em todas as suas obras e em todos os seus preceitos. Da parte dos anjos e dos homens e de qualquer outra criatura lhe são devidos todo o culto, todo o serviço e toda obediência, que ele houve por bem requerer deles.

Ref. Jo 5:26; At 7:2; Sl 119:68; I Tm 6:15; At 17:24-25; Rm 11:36; Ap 4:11; Hb 4:13; Rm 11:33-34; At 15:18; Pv 15:3; Sl 145:17; Ap 5:12-14.

III. Na unidade da Divindade há três pessoas de uma mesma substância, poder e eternidade - Deus o Pai, Deus o Filho e Deus o Espírito Santo. O Pai não é de ninguém - não é nem gerado, nem procedente; o Filho é eternamente gerado do Pai; o Espírito Santo é eternamente procedente do Pai e do Filho.

Ref. Mt 3:16-17;28-19; II Co 13:13; Jo 1:14,18;15:26; Gl 4:6.

CAPÍTULO III **DOS ETERNOS DECRETOS DE DEUS**

I. Desde toda a eternidade, Deus, pelo muito sábio e santo conselho da sua própria vontade, ordenou livre e inalteravelmente tudo quanto acontece, porém de modo que nem Deus é o autor do pecado, nem violentada é a vontade da criatura, nem é tirada a liberdade ou contingência das causas secundárias, antes estabelecidas.

Ref. Is 45:6-7; Rm 11:33; Hb 6:17; Sl 5:4; Tg 1:13-17; I Jo 1:5; Mt 17:2; Jo 19:11; At.2:23;4:27-28;27:23,24,34.

II. Ainda que Deus sabe tudo quanto pode ou há de acontecer em todas as circunstâncias imagináveis, ele não decreta coisa alguma por havê-la previsto como futura, ou como coisa que havia de acontecer em tais e tais condições.

Ref. At. 15:18; Pv 16:33; I Sm 23:11-12; Mt 11:21-23; Rm 9:11-18.

III. Pelo decreto de Deus e para manifestação da sua glória, alguns homens e alguns anjos são predestinados para a vida eterna e outros preordenados para a morte eterna.

Ref. I Tm 5:21; Mc 5:38; Jd. 6; Mt 25:31,41; Pv 16:4; Rm 9:22-23; Ef 1:5-6.

IV. Esses homens e esses anjos, assim predestinados e preordenados, são particular e imutavelmente designados; o seu número é tão certo e definido, que não pode ser nem aumentado nem diminuído.

Ref. Jo 10:14-16,27-28;13:18; II Tm 2:19.

V. Segundo o seu eterno e imutável propósito e segundo o santo conselho e beneplácito da sua vontade, antes que fosse o mundo criado, Deus escolheu em Cristo ,para a glória eterna, os homens que são predestinados para a vida; para o louvor da sua gloriosa graça, ele os escolheu de sua mera e livre graça e amor, e não por previsão de fé, ou de boas obras e perseverança nelas, ou de qualquer outra coisa na criatura que a isso o movesse, como condição ou causa.

Ref. Ef. 1:4,9,11; Rm 8:30; II Tm 1:9; I Ts 5:9; Rm 9:11-16; Ef. 1:19;2:8-9.

VI. Assim como Deus destinou os eleitos para a glória, assim também, pelo eterno e mui livre propósito da sua vontade, preordenou todos os meios conducentes a esse fim; os que, portanto, são eleitos, achando-se caídos em Adão, são remidos por Cristo, são eficazmente chamados para a fé em Cristo, pelo seu Espírito que opera no tempo devido, são justificados, adotados, santificados e guardados pelo seu poder por meio da fé salvadora. Além dos eleitos não há nenhum outro que seja remido por Cristo, eficazmente chamado, justificado, adotado, santificado e salvo.

Ref. I Pe 1:2; Ef. 1:4;2:10; II Ts 2:13; I Ts 5:9-10; Tt 2:14; Rm 8:30; Ef.1:5; I Pe 1:5; Jo 6:64-65;17:9; Rm 8:28; I Jo 2:19.

VII. Segundo o inescrutável conselho da sua própria vontade, pela qual ele concede ou recusa misericórdia, como lhe apraz, para a glória do seu soberano poder sobre as suas criaturas, para louvor da sua gloriosa justiça, o resto dos homens foi Deus servido não contemplar e ordená-los para a desonra e ira por causa de seus pecados.

Ref. Mt. 11:25-26; Rm 9:17-22; II Tm 2:20; Jd 4; I Pe 2:8.

VIII. A doutrina deste alto mistério de predestinação deve ser tratada com especial prudência e cuidado, a fim de que os homens, atendendo à vontade de Deus, revelada em sua Palavra, e prestando obediência a ela, possam, pela evidência da sua vocação eficaz, certificar-se da sua eterna eleição. Assim, a todos os que sinceramente obedecem ao Evangelho, esta doutrina fornece motivo de louvor, reverência e admiração para com Deus, bem como de humildade, diligência e abundante consolação.

Ref. Rm. 9:20;11:23; Dt 29:29; II Pe 1:10; Ef 1:6; Lc 10:20; Rm 8:33;11:5,6,10.

CAPÍTULO IV **DA CRIAÇÃO**

I. No princípio aprovou a Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo, para manifestação da glória de seu eterno poder, sabedoria e bondade, criar ou fazer do nada, no espaço de seis dias, e tudo muito bom, o mundo e tudo o que nele há, visíveis ou invisíveis.

Ref. Rm 11:36; Hb 1:2; Jo 1:2-3, Rm 1:20; Sl 104:24; Jr 10: 12; Gn 1; At 17:24; Cl 1: 16; Êx 20: 11.

II. Depois de haver feito as outras criaturas, Deus criou o homem, macho e fêmea, com alma racional e imortal, e dotou-os de inteligência, retidão e perfeita santidade, segundo a sua própria imagem, tendo a lei de Deus escrita no coração deles e o poder de cumpri-la, mas com a possibilidade de transgredi-la, sendo deixados à liberdade da sua própria vontade, que era mutável. Além dessa lei escrita no coração, receberam o preceito de não comerem da árvore da ciência do bem e do mal; enquanto obedeceram a este preceito, foram felizes em sua comunhão com Deus e tiveram domínio sobre as criaturas.

Ref. Gn 1:27;2:7; Sl 8:5; Ec 12:7; Mt 10:28; Rm 2:14,15; Cl 3:10; Gn 3:6.

CAPÍTULO V **DA PROVIDÊNCIA**

I. Pela sua muito sábia providência, segundo a sua infalível presciência e o livre e imutável conselho da sua própria vontade, Deus, o grande Criador de todas as coisas, para o louvor da glória da sua sabedoria, poder, justiça, bondade e misericórdia, sustenta, dirige, dispõe e governa todas as suas criaturas, todas as ações delas e todas as coisas, desde a maior até a menor.

Ref. Ne 9:6; Sl 145:14-16; Dn 4:34-35; Sl 135:6; Mt 10:29-31; Pv 15:3; II Cr 16:9; At 15:18; Ef 1:11; Sl 33:10-11; Ef. 3:10; Rm 9:17; Gn 45:5.

II. Posto que, em relação à presciência e ao decreto de Deus, que é a causa primária, todas as coisas acontecem imutável e infalivelmente, contudo, pela mesma providência, Deus ordena que elas sucedam, necessária, livre ou contingentemente, conforme a natureza das causas secundárias.

Ref. Jr 32:19; At 2:23; Gn 8:22; Jr 31:35; Is 10:6-7.

III. Na sua providência ordinária, Deus emprega meios; todavia, ele é livre para operar sem eles, sobre eles ou contra eles, segundo o seu beneplácito.

Ref. At 27:24,31; Is 55:10-11; Os 1:7; Rm. 4:20-21; Dn 3:27; Jo 11:34-45; Rm 1:4.

IV. A onipotência, a sabedoria inescrutável e a bondade infinita de Deus, de tal maneira se manifestam na sua providência, que esta se estende até a primeira queda e a todos os outros pecados dos anjos e dos homens, e isto não por uma mera permissão, mas por uma permissão tal que, para os seus próprios e santos desígnios, sábia e poderosamente os limita, regula e governa em uma múltipla dispensação; mas essa permissão é tal, que a pecaminosidade dessas transgressões procede tão-somente da criatura e não de Deus, que, sendo santíssimo e justíssimo, não pode ser o autor do pecado nem pode aprová-lo.

Ref. Is 45:7; Rm 11:32-34; At 4:27-28; Sl 76:10; II Rs 19:28; At 14:16; Gn 50:20; Is 10:12; I Jo 2:16; Sl 50:21; Tg 1:17.

V. O mui sábio, justo e gracioso Deus muitas vezes deixa, por algum tempo, seus filhos entregues a muitas tentações e à corrupção do próprio coração deles, para castigá-los pelos seus pecados anteriores ou fazê-los conhecer o poder oculto da corrupção e dolo do próprio coração, a fim de que eles sejam humilhados; para animá-los a dependerem mais intima e constantemente do apoio dele e torná-los mais vigilantes contra todas as futuras ocasiões de pecar, para vários outros fins justos e santos.

Ref. II Cr 32:25-26,31; II Sm 24:1,25; Lc 22:31-32; II Cr 12:7-9.

VI. Quanto àqueles homens malvados e ímpios que Deus, como justo juiz, cega e endurece em razão de pecados anteriores, ele não só lhes recusa a graça pela qual poderiam ser iluminados em seus entendimentos e movidos no coração, mas às vezes tira os dons que já possuíam, e os expõe a objetos que, por sua corrupção, tornam ocasiões de pecado; além disso, os entrega às suas próprias paixões, às tentações do mundo e ao poder de Satanás; assim, acontece que eles se endurecem sob as influências dos meios que Deus emprega para o abrandamento dos outros.

Ref. Rm 1:24,26,28;11:7; Dt 29:4; Mc 4:11-12; Mt 13:12;25:29; II Rs 8:12-13; Sl 81:11-12; I Co 2:11; II Co 11:3; Êx 8:15,32; II Co 2:15,16; Is 8:14.

VII. Como a providência de Deus se estende, em geral, a todos os crentes, também de um modo muito especial, ele cuida da Igreja e tudo dispõe a bem dela.

Ref. Am 9:8,9; Mt 16:18; Rm 8:28; I Tm 4: 10.

CAPÍTULO VI

DA QUEDA DO HOMEM, DO PECADO E DO SEU CASTIGO

I. Nossos primeiros pais, seduzidos pela astúcia e tentação de Satanás, pecaram, comendo do fruto proibido. Segundo o seu sábio e santo conselho, foi Deus servido permitir este pecado deles, havendo determinado ordená-lo para a sua própria glória.

Ref. Gn 3:13; II Co 11:3; Rm 11:32;5:20-21.

II. Por este pecado eles decaíram da sua retidão original e da comunhão com Deus, e assim se tornaram mortos em pecado e inteiramente corrompidos em todas as suas faculdades e partes do corpo e da alma.

Ref. Gn 3:6-8; Rm 3:23; Gn 2:17; Ef 2:1-3; Rm 5:12; Gn 6:5; Jr 17:9; Tt 1:15; Rm3:10-18.

III. Sendo eles o tronco de toda a humanidade, o delito dos seus pecados foi imputado a seus filhos; e a mesma morte em pecado, bem como a sua natureza

corrompida, foram transmitidas a toda a sua posteridade, que deles procede por geração ordinária.

Ref. A. 17:26; Gn 2:17; Rm 5:12,15-19; I Co 15:21,22,45,49; Sl 51:5; Gn5:3; Jo 3:6.

IV. Desta corrupção original pela qual ficamos totalmente indispostos, incapazes e adversos a todo o bem e inteiramente inclinados a todo o mal, é que procedem todas as transgressões atuais.

Ref. Rm 5:6,7:18;8:7;Cl 1:21;Gn 6:5;8:21; Rm 3:10-12;Tg 1:14-15;Ef 2:2-3; Mt 15-19.

V. Esta corrupção da natureza persiste, durante esta vida, naqueles que são regenerados; e embora seja ela perdoada e mortificada por Cristo, todavia tanto ela como os seus impulsos são real e propriamente pecado.

Ref. Rom. 7:14,17,18,21-23; Tg 3-2; I Jo 1:8-10; Pv 20:9; Ec 7:20; Gl 5:17.

VI. Todo o pecado, tanto o original como o atual, sendo transgressão da justa lei de Deus e a ela contrária, torna, pela sua própria natureza, culpado o pecador e por essa culpa está ele sujeito à ira de Deus e à maldição da lei e, portanto, sujeito à morte com todas as misérias espirituais, temporais e eternas.

Ref. I Jo 3:4; Rm 2: 15;3:9,19; Ef 2:3; Gl 3:10; Rm 6:23; Ef 6:18; Lm 3:39; Mt 25:41; II Ts 1:9.

CAPÍTULO VII **DO PACTO DE DEUS COM O HOMEM**

I. Tão grande é a distância entre Deus e a criatura, que, embora as criaturas racionais lhe devam obediência como seu Criador, nunca poderiam fruir nada dele, como bem-aventurança e recompensa, senão por alguma voluntária condescendência da parte de Deus, a qual foi ele servido significar por meio de um pacto.

Ref. Jó 9:32-33; Sl 113:5,6; At 17:24,25; Lc 17: 10.

II. O primeiro pacto feito com o homem era um pacto de obras; nesse pacto foi a vida prometida a Adão e, nele, à sua posteridade, sob a condição de perfeita obediência pessoal.

Ref. Gl 3:12; Rm 5:12-14;10:5; Gn 2:17; Gl 3: 10.

III. Tendo-se o homem tornado, pela sua queda, incapaz de vida por deste pacto, o Senhor dignou-se a fazer um segundo pacto, geralmente chamado o pacto da graça; nesse pacto ele livremente oferece aos pecadores a vida e a salvação por meio de Jesus Cristo, exigindo deles a fé', para que sejam salvos, e prometendo o seu Santo Espírito a todos os que estão ordenados para a vida, a fim de dispô-los e habilitá-los a crer.

Ref. Gl 3:21; Rm 3:20-21;8:3; Is 42:6; Gn 3:15; Mt 28:18-20; Jo 3:16; Rm 1:16-17; 10:6-9; At. 13:48; Ez 36:26-27; Jo 6:37,44,45; Lc 11:13; Gl 3:14; Mt 26:28.

IV. Este pacto da graça é freqüentemente apresentado nas Escrituras pelo nome de Testamento, em referência à morte de Cristo, o testador, e à eterna herança, com tudo o que lhe pertence, legada neste pacto.

Ref. Hb 9:15-17.

V. Este pacto, no tempo da Lei, não foi administrado como no tempo do Evangelho. Sob a Lei, foi administrado por promessas, profecias, sacrifícios, pela circuncisão, do cordeiro pascoal e de outros tipos e ordenanças dadas ao povo judeu, tudo

prefigurando Cristo que havia de vir. Por aquele tempo, essas coisas, pela operação do Espírito Santo, foram suficientes e eficazes para instruir e edificar os eleitos na fé do Messias prometido, por quem tinham plena remissão dos pecados e a salvação eterna; este se chama o Antigo Testamento.

Ref. II Co 3:6-9; Rm 6:7; Cl 2:11-12; I Co 5:7;10:1-4; Hb 11:13; Jo 8:36; Gl 3:7-9,14.

VI. Sob o Evangelho, quando foi Cristo, a substância, se manifestou, as ordenanças, pelas quais este pacto é dispensado, são a pregação da Palavra e a administração dos sacramentos do Batismo e da Ceia do Senhor; por estas ordenanças, posto que em número e administradas com mais simplicidade e menos glória externa, o pacto se manifesta com maior plenitude, evidência e eficácia espiritual, a todas as nações, - tanto aos judeus bem como aos gentios. Isto é chamado o Novo Testamento. Não há, pois, dois pactos de graça diferentes em substância, mas um e o mesmo sob várias dispensações.

Ref. Cl 2:17; Mt 28:19-2; I Co 11:23-25; Hb 12:22-24; II Co 3:9-11; Lc 2:32; Ef 2:15-19; Lc 22:20; Gl 3:14-16; At. 15:11; Rm 3:21,22,30;4:16,17;23,24; Hb 1:1,2.

CAPÍTULO VIII DE CRISTO O MEDIADOR

I. Aprove a Deus em seu eterno propósito, escolher e ordenar o Senhor Jesus, seu Filho Unigênito, para ser o Mediador entre Deus e o homem, o Profeta, Sacerdote e Rei, o Cabeça e Salvador de sua Igreja, o Herdeiro de todas as coisas e o Juiz do Mundo; e deu-lhe, desde toda a eternidade, um povo para ser sua semente, e para, no tempo devido, ser por ele remido, chamado, justificado, santificado e glorificado.

Ref. Is 42: 1; I Pe 1:19-20; I Tm 2:5; Jo 3:16; Dt 18:15; At 3:20-22; Hb 5:5-6; Is 9:6-7; Lc 1:33; Hb 1:2; Ef 5:23; At 17:31; II Co 5:10; Joo 17:6; Ef 1:4; I Tm 2:56; I Co 1:30; Rm8:30.

II. O Filho de Deus, a Segunda Pessoa da Trindade, sendo verdadeiro e eterno Deus, da mesma substância do Pai e igual a ele, quando chegou o cumprimento do tempo, tomou sobre si a natureza humana com todas as suas propriedades essenciais e enfermidades comuns, contudo sem pecado, sendo concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre da Virgem Maria e da substância dela. As duas naturezas, inteiras, perfeitas e distintas - a Divindade e a humanidade - foram inseparavelmente unidas em uma só pessoa, sem conversão, composição ou confusão; essa pessoa é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, porém um só Cristo, o único Mediador entre Deus e o homem.

Ref. Jo 1:1,14; I Jo 5:20; Fp 2:6; Gl 4:4; Hb 2:14,17;4:15; Lc 1:27,31,35; Mt 16:16; Cl 2:9; Rm 9:5;1:3,4; I Tm 2:5.

III. O Senhor Jesus, em sua natureza humana unida à divina, foi santificado e sem medida unido com o Espírito Santo tendo em si todos os tesouros da sabedoria e da ciência. Aprove ao Pai que nele habitasse toda a plenitude, a fim de que, sendo santo, inocente, incontaminado e cheio de graça e verdade, estivesse perfeitamente preparado para exercer o ofício de Mediador e Fiador. Este ofício ele não tomou para si, mas para ele foi chamado pelo Pai, que lhe pôs nas mãos todo o poder e todo o juízo e lhe ordenou que os exercesse.

Ref. Sl 45:5; Jo 3:34; Hb 1:8-9; Cl 2:3;1:9; Hb 7:26; Jo 1:14; At 10:38; Hb 12:24;5:4-5; Jo 5:22,27; Mt 28:18.

IV. Este ofício o Senhor Jesus empreendeu mui voluntariamente. Para que pudesse exercê-lo, ele se fez sujeito à lei, a qual ele cumpriu perfeitamente, padeceu imediatamente em sua alma os mais cruéis tormentos, e em seu corpo os mais penosos sofrimentos; foi crucificado e morreu; foi sepultado e ficou sob o poder da morte, mas não viu a corrupção; ao terceiro dia ressuscitou dos mortos com o mesmo corpo com que tinha padecido; com esse corpo subiu ao céu, onde está sentado à destra do Pai, fazendo intercessão; de lá voltará no fim do mundo para julgar os homens e os anjos.

Ref. Sl 40:7-8; Hb 10:5-6; Jo 4:34; Fp 2-8; Gl 4:4; Mt 3:15;5:17;26:37-38; Lc22:24; Mt 27.46; Fp2:8; At 2:24,27;13:37; I Co15:4; Jo 20:25-27; Lc 24:50-51; II Pe 3:22; Rm 8:34; Hb 7:25; Rm 14:10; At 1:11; Jo 5:28-29; Mt 13:40-42.

V. O Senhor Jesus, pela sua perfeita obediência e pelo sacrifício de si mesmo, sacrifício que, pelo Eterno Espírito, ele ofereceu a Deus uma só vez, satisfaz plenamente à justiça de seu Pai, e, para todos aqueles que o Pai lhe deu, adquiriu não só a reconciliação, como também uma herança perdurável no Reino dos Céus.

Ref. Rm 5:19;3:25,26; Hb 10:14; Ef 1:11,14; Cl 1:20; II Co 5:18,20; Jo 17:2; Hb 9:12,15.

VI. Ainda que a obra da redenção não fora realmente realizada por Cristo senão depois da sua encarnação; contudo a virtude, a eficácia e os benefícios dela, em todas as épocas sucessivas desde o princípio do mundo, foram comunicados aos eleitos por meio das promessas, tipos e sacrifícios, pelos quais ele foi revelado e significado como a Semente da mulher que devia esmagar a cabeça da serpente, como o cordeiro morto desde o princípio do mundo, sendo o mesmo ontem, hoje e para sempre.

Ref. Gl 4:45; Gn 3:15; Hb 3:8.

VII. Cristo, na obra da mediação, age de conformidade com as suas duas naturezas, fazendo cada uma o que lhe é próprio: contudo, em razão da unidade de sua pessoa, o que é próprio de uma natureza é, às vezes, na Escritura, atribuído à pessoa denominada pela outra natureza.

Ref. Jo 10:17-18; I Pe 3:18; Hb 9:14; At 20:28; Jo 3:13

VIII. Cristo, com toda a certeza e de forma eficaz, aplica e comunica a salvação a todos aqueles para quem a adquiriu. Isto ele consegue, fazendo intercessão por eles e revelando-lhes na Palavra e pela Palavra os mistérios da salvação, persuadindo-os, eficazmente, pelo seu Espírito, a crer e a obedecer, governando o coração deles pela sua Palavra e pelo seu Espírito; subjugando todos os seus inimigos por meio de sua onipotência e sabedoria, da maneira e pelos meios mais condizentes com a sua admirável e inescrutável dispensação.

Ref. Jo 6:37;39;10:15,16,27,28; I Jo 2:1; Jo 15:15; Ef 1:9; Jo 17:6; II Co 4:13; Rm. 8:9,14;15:18-19; Jo 17:17; Sl 90:1; I Co 15:25,26; Cl 2:15; Lc 10:19.

CAPÍTULO IX **DO LIVRE ARBITRIO**

I. Deus dotou a vontade do homem de tal liberdade natural, que ela nem é forçada para o bem nem para o mal, nem a isso é determinada por qualquer necessidade absoluta de sua natureza.

Ref. Tg 1:14; Dt 30:19; Jo 5:40; Mt 17:12; At 7:51; Tg 4:7.

II. O homem, em seu estado de inocência, tinha a liberdade e o poder de querer e fazer aquilo que é bom e agradável a Deus, mas mudavelmente, de sorte que pudesse decair dessa liberdade e poder.

Ref. Ec 7:29; Cl 3:10; Gn 1:26;2:16,17;3:6.

III. O homem, caindo em um estado de pecado, perdeu inteiramente todo o poder de vontade quanto a qualquer bem espiritual que acompanhe a salvação; de sorte que um homem natural, inteiramente avesso a esse bem e morto no pecado, é incapaz de, pelo seu próprio poder, converter-se ou mesmo preparar-se para isso.

Ref. Rm 5:6;8:7,8; Jo 15:5; Rm 3:9,10,12,23; Ef 2:1,5; Cl 2:13; Jo 6:44,65; I Co 2:14; Tt 3:3-5.

IV. Quando Deus converte um pecador e o transfere para o estado de graça, ele o liberta da sua natural escravidão ao pecado e, somente por sua graça, o habilita a querer e a fazer com toda a liberdade o que é espiritualmente bom, mas isso de tal modo que, por causa da corrupção ainda existente nele, o pecador não faz o bem perfeitamente, nem deseja somente o que é bom, mas também o que é mau.

Ref. Cl 1:13; Jo 8:34,36; Fp 2:13; Rm 6:18,22; Gl 5:17; Rm 7:15, 21-23; I Jo 1:8, 10.

V. É no estado de glória que a vontade do homem se torna perfeita e imutavelmente livre para o bem só.

Ref. Ef. 4:13; Jd 24; I Jo 3:2.

CAPÍTULO X DA VOCAÇÃO EFICAZ

I. Todos aqueles que Deus destinou para a vida, e só esses, é ele servido, chamar eficazmente pela sua Palavra e pelo seu Espírito, no tempo por ele determinado e aceito, tirando-os daquele estado de pecado e morte em que estão por natureza para a graça e salvação, em Jesus Cristo. Isto ele faz iluminando o entendimento deles, espiritual e salvificamente, a fim de compreenderem as coisas de Deus, tirando-lhes o coração de pedra e dando-lhes coração de carne, renovando as suas vontades e determinando-as, pela sua onipotência, para aquilo que é bom, e atraindo-os eficazmente a Jesus Cristo, mas de maneira que eles vêm mui livremente, sendo para isso dispostos pela sua graça.

Ref. Jo 15:16; At 13:48; Rm 8:28-30;11:7; Ef 1:5,10; I Ts 5:9; II Ts 2:13-14; II Co 3:3,6; Tg 1:18; I Co 2:12; Rm 8:2; II Tm 1:9,10; At 26:18; I Co 2:10; Ef 1:17-18; II Co 4:6; Ez 36:26;11:19; Dt 30:6; Jo 3:5; Gl 6:15; Tt 3:5; I Ped. 1:23; Jo 6:44-45; Sl 90:3; Jo 9:3; Jo 6:37; Mt 11:28; Ap 22:17.

II. Esta vocação eficaz provém unicamente da livre e especial graça de Deus, e não provem de qualquer coisa prevista no homem; na vocação o homem é inteiramente passivo, até que, vivificado e renovado pelo Espírito Santo, fica habilitado a corresponder a ela e a receber a graça nela oferecida e comunicada.

Ref. II Tm 1:9; Tt 3:4,5; Rm 9:11; I Co 2:14; Rm 8:7-9; Ef 2:5; Jo 6:37; Ez 36:27; Jo 5:25.

III. As crianças eleitas, que morrem na infância, são regeneradas e salvas por Cristo, por meio do Espírito que opera quando, onde e como lhe apraz. Do mesmo modo são salvas todas as outras pessoas eleitas, incapazes de serem exteriormente chamadas pelo ministério da Palavra.

Ref. Gn 17:7; Sl 105:8-10; Ez 16-20-21; Lc 18:15,16; At 2:39; Gl 3:29; Jo 3:8;16:7,8; I Jo 5:12; At 4:12.

IV. Os não-eleitos, ainda que sejam chamados pelo ministério da Palavra e tenham algumas das operações comuns do Espírito, contudo jamais chegam nunca a Cristo e, portanto, não podem ser salvos; muito menos poderão ser salvos por qualquer outro meio os que não professam a religião cristã, por mais diligentes que sejam em conformar sua com a luz da natureza e com a lei da religião que professam; asseverar e manter que o podem, é muito pernicioso e detestável.

Ref. Mt 13:14,15; At 28:24; Mt 22:14;13:20,21;7:22; Hb 6:4,5; Jo 6:64-66;8:24; At 4:12; Jo 14:6;17:3; Ef 2:12,13; II Jo 10:11; Gl 1:8; I Co 16:22.

CAPÍTULO XI **DA JUSTIFICAÇÃO**

I. Os que Deus chama eficazmente, também livremente justifica. Esta justificação não consiste em Deus infundir neles a justiça, mas em perdoar os seus pecados e em considerar e aceitar as suas pessoas como justas. Deus não os justifica em razão de qualquer coisa neles operada ou por eles feita, mas somente em consideração da obra de Cristo; não lhes imputando como justiça a própria fé, o ato de crer ou qualquer outro ato de obediência evangélica, mas imputando-lhes a obediência e a satisfação de Cristo, quando eles o recebem e se firmam nele pela fé, que não têm de si mesmos, mas que é dom de Deus.

Ref. Rm 8:30;3:24,27,28; II Co 5:19,21; Tt 3:5-7; Ef 1:7; Jr 23:6; Jo 1:12;6:44-45; At 10:43,44; Fp 1:20; Ef 2:8.

II. A fé, assim recebendo e assim se firmando em Cristo e em sua justiça, é o único instrumento da justificação; ela, contudo não está sozinha na pessoa justificada, mas sempre anda acompanhada de todas as demais graças salvíficas; não é uma fé morta, mas a fé que age pelo amor.

Ref. Jo 3:16,18,36; Rm 3:28;5: I; Tg 2:17,22,26; Gl 5:6.

III. Cristo, pela sua obediência e morte, pagou plenamente a dívida de todos os que são assim justificados, e, em lugar deles, fez a seu Pai uma satisfação própria, real e plena. Contudo, como Cristo foi pelo Pai dado em favor deles, e como a obediência e a satisfação dele foram aceitas em lugar deles, ambas livremente e não por qualquer coisa neles existente, a justificação deles provém unicamente da livre graça, a fim de que tanto a justiça como a abundante graça de Deus possam ser glorificadas na justificação dos pecadores.

Ref. Rm 5:8,9,18; II Tm 2:5-6; Hb 10:10,14; Rm 8:32; II Co 5:21; Mt 3:17; Ef 5:2; Rm 3:26; Ef 2:7.

IV. Deus, desde toda a eternidade, decretou justificar todos os eleitos; e Cristo, no cumprimento do tempo, morreu pelos pecados deles e ressuscitou para a justificação deles; contudo eles não são justificados até que o Espírito Santo, no tempo próprio e de fato, lhes aplique os méritos de Cristo.

Ref. Gl 3:8; I Pe 1:2,19,20; Gl 4:4; I Tm 2:6; Rm 4:25; I Pe 1:21; Cl 1:21-22; Tt 3:4-7.

V. Deus continua a perdoar os pecados dos que são justificados. Embora eles nunca poderão decair do estado de justificação, poderão, contudo, por seus pecados, incorrer no paternal desagrado de Deus, e ficar privados da luz de sua graça, até que

se humilhem, confessem os seus pecados, peçam perdão e renovem a sua fé e o seu arrependimento.

Ref. Mt 6:12; I Jo 1:7,9;2:1-2; Lc 22:32; Jo 10:28; Sl 89:31-33;32:5.

VI. A justificação dos crentes sob o Velho Testamento era, em todos estes aspectos, uma e a mesma justificação dos crentes sob o Novo Testamento.

Ref. Gl 3:9,13,14; Rm 4:22,24.

CAPÍTULO XII **DA ADOÇÃO**

A todos os que são justificados, Deus se digna fazer participantes da graça da adoção em e por seu único Filho Jesus Cristo. Por essa graça, eles são recebidos no número e gozam a liberdade e privilégios dos filhos de Deus, têm sobre si o nome dele, recebem o Espírito de adoção, têm acesso, com ousadia, ao trono da graça, e são habilitados a clamar: "Abba, Pai"; são tratados com piedade, protegidos, providos e corrigidos por ele, como por um pai; nunca, porém, abandonados, mas selados para o dia de redenção, e recebem as promessas como herdeiros da eterna salvação.

Ref. Ef 1:5; Gl 4:4,5; Rm 8:17; Jo 1:12; Jr 14:9; II Co 6:18; Ap 3:12; Rm 8:15; Ef 3:12; Gl 4:6; Sl 103:13; Pv 14:26; Mt 6:30,32; Hb 12:6; Lm 3:31,32; Ef 4:30; Hb 6:12; I Pe 1:3,4; Hb 1:14.

CAPÍTULO XIII **DA SANTIFICAÇÃO**

I. Os que são eficazmente chamados e regenerados, tendo criado neles um novo coração e um novo espírito, são, além disso, santificados, real e pessoalmente, pela virtude da morte e ressurreição de Cristo, por sua Palavra e por seu Espírito, que neles habita; o domínio do corpo do pecado é destruído, as suas várias concupiscências são mais e mais enfraquecidas e mortificadas, e eles são mais e mais vivificados e fortalecidos em todas as graças salvadoras, para a prática da verdadeira santidade, sem a qual ninguém verá o Senhor.

Ref. I Co 1:30; At 20:32; Fp 3:10; Rm 6:5,6; Jo 17:17,19; Ef 5:26; II Tes 2:13; Rm 6:6,14; Gl 5:24; Cl 1:10,11; Ef 3:16-19; II Co 7:1; Cl 1:28;4:12; Hb 12:14.

II. Esta santificação é no homem todo, porém imperfeita nesta vida; ainda subsiste em todas as partes dele restos da corrupção, e daí nasce uma guerra contínua e irreconciliável - a carne lutando contra o Espírito e o Espírito contra a carne.

Ref. I Tes 5:23; I Jo 1:10; Fp 3:12; Gl 5:17; I Pe 2:11.

III. Nesta guerra, embora prevaleçam por algum tempo as corrupções que restam, contudo, pelo contínuo socorro da eficácia do santificador Espírito de Cristo, a parte regenerada do homem novo vence, e assim os santos crescem em graça, aperfeiçoando a sua santidade no temor de Deus.

Ref. Rm 7:23;6:14; I Jo 5:4; Ef 4:15,16; II Pe 3:18; II Co 3:18;7:1.

CAPÍTULO XIV **DA FÉ SALVADORA**

I. A graça da fé, pela qual os eleitos são habilitados a crer para a salvação da sua alma, é a obra que o Espírito de Cristo faz nos corações deles, e é ordinariamente operada pelo ministério da Palavra; por esse ministério, bem como pela administração dos sacramentos e pela oração, ela é aumentada e fortalecida.

Ref. Hb 10:39; II Co 4:13; Ef 1:17-20;2:8; Mt 28:19,20; Rm 10:14,17; I Co 1:21; I Pe 2:2; Rm 1:16,17; Lc 22:19; Jo 6:54-56; Rm 6:11; Lc 17:5;22:32.

II. Por esta fé o cristão, segundo a autoridade do mesmo Deus que fala em sua Palavra, crê ser verdade tudo quanto nela é revelado, e age de conformidade com aquilo que cada passagem contém em particular, prestando obediência aos mandamentos, tremendo às ameaças e abraçando as promessas de Deus para esta vida e para a futura; porém os principais atos de fé salvadora são: aceitar e receber a Cristo e descansar só nele para a justificação, santificação e vida eterna, isto em virtude do pacto da graça.

Ref. Jo 6:42; I Ts 2:13; I Jo 5:10; At 24:14; Mt 22:37-40; Rm 16:26; Is 66:2; Hb 11:13; I Tm 6:8; Jo 1:12; At 16:31; Gl 2:20; At 15:11.

III. Esta fé é de diferentes graus, é fraca ou forte; pode ser muitas vezes e de muitos modos assaltada e enfraquecida, mas sempre alcança a vitória; atingindo em muitos a uma perfeita segurança em Cristo, que é tanto o Autor, como o Consumador da fé.

Ref. Rm 4:19,20; Mt 6:30;8:10; Ef 6:16; I Jo 4:5; Hb 6:11,12;10:22;12:2.

CAPÍTULO XV

DO ARREPENDIMENTO PARA A VIDA

I. O arrependimento para a vida é uma graça evangélica, doutrina esta que deve ser tão pregada por todo o ministro do Evangelho, tanto quanto a da fé em Cristo.

Ref. At 11: 18; Lc 24:47; Mc 1:15; At 20:21.

II. Movido pelo reconhecimento e sentimento, não só do perigo, mas também da impureza e odiosidade de seus pecados, como contrários à santa natureza e justa lei de Deus, e apreendendo a misericórdia divina manifestada em Cristo aos que são penitentes, o pecador, pelo arrependimento, de tal maneira sente e aborrece os seus pecados que, deixando-os, se volta para Deus, tencionando e procurando andar com ele em todos os caminhos dos seus mandamentos.

Ref. Ez 18:30,31;34:31;Sl 51:4;Jr 31:18,19;II Co 7:11;Sl 119:6,59,106;Mt 21:28-29.

III. Ainda que não devemos confiar no arrependimento como sendo de algum modo uma satisfação pelo pecado, ou em qualquer sentido a causa do perdão dele, o que é ato da livre graça de Deus em Cristo, contudo ele é de tal modo necessário aos pecadores, que sem ele ninguém poderá esperar o perdão,

Ref. Ez. 36:31,32;16:63; Os 14:2,4; Rm 3:24; Ef 1:7; Lc 13:3,5; At 17:30,31.

IV. Como não há pecado tão pequeno que não mereça a condenação, assim também não há pecado tão grande que possa trazer a condenação sobre os que se arrependem verdadeiramente.

Ref. Rm 6:23; Mt 12:36; Is 55:7; Rm 8:1; Is 1:18.

V. Os homens não devem se contentar com um arrependimento geral, mas é dever de todos procurar arrepender-se particularmente de cada um dos seus pecados.

Ref. Sl 19:13; Lc 19:8; I Tm 1:13,15.

VI. Como todo o homem é obrigado a fazer a Deus confissão particular de seus pecados, pedindo-lhe o perdão deles, e abandonando-os, achará misericórdia; assim também aquele que escandaliza a seu irmão ou a Igreja de Cristo, deve estar pronto, por uma confissão particular ou pública do seu pecado e do pesar que por ele sente, a declarar o seu arrependimento aos que estão ofendidos; isto feito, estes devem reconciliar-se com o penitente e recebê-lo em amor.

Ref. Sl 32:5-6; Pv 28:13; I Jo 1:9; Tg 5:16; Lc 17:3-4; Js 7:19; II Co 2:8.

CAPÍTULO XVI DAS BOAS OBRAS

I. Boas obras são somente aquelas que Deus ordena em sua santa Palavra, não as que, sem autoridade dela, são aconselhadas pelos homens movidos de um zelo cego, ou sob qualquer outro pretexto de boa intenção.

Ref. Mq 6:8; Rm 12:2; Hb 13:21; Mt 15:9; Is 29:13; I Pe 1:18; Jo 16:2; Rm 10:2; I Sm 15:22; Dt 10:12,13; Cl 2:16,17,20-23.

II. Estas boas obras, feitas em obediência aos mandamentos de Deus, são o fruto e as evidências de uma fé viva e verdadeira; por elas os crentes manifestam a sua gratidão, robustecem a sua confiança, edificam os seus irmãos, adornam a profissão do Evangelho, fecham a boca aos adversários e glorificam a Deus, de quem são feita, criados em Jesus Cristo para isso mesmo, a fim de que, tendo o seu fruto em santidade, tenham no fim a vida eterna.

Ref. Tg 2:18,22; Sl 116:12,13; I Pe 2:9; I Jo 2:3,5; II Pe 1:5-10; II Co 9:2; Mt. 5:16; I Tm 4:12; Tt 2:5,9,12; I Tm 6:1; I Pe 2:12,15; Fp 1:11; Jo 15:8; Ef 2:10; Rm 6:22.

III. A capacidade de fazer boas obras de modo algum provém dos crentes, mas inteiramente do Espírito de Cristo. A fim de que sejam para isso habilitados, além da graça que já receberam, é necessário que recebam a influência efetiva do mesmo Espírito Santo para obrar neles tanto o querer como o realizar segundo o seu beneplácito; contudo, não devem, por isso, tornar-se negligentes, como se não fossem obrigados a cumprir qualquer dever senão quando movidos especialmente pelo Espírito; pelo contrário, devem esforçar-se por dinamizar a graça de Deus que está neles.

Ref. Jo 15:4-6; Lc 11:13; Fp 2:13,4:13; II Co 3:5; Ef 3:16; Fp 2:12; Hb 6:11,12; Is 64:7.

IV. Os que alcançam, pela sua obediência, a maior perfeição possível nesta vida estão longe de exceder as suas obrigações e fazer mais do que Deus requer, e são deficientes em muitos dos deveres que são obrigados a fazer.

Ref. Lc 17:10; Gl 5:17.

V. Não podemos, pelas nossas melhores obras, merecer da mão de Deus perdão de pecado ou vida eterna, em razão da grande desproporção que há entre elas e a glória por vir, e da infinita distância que existe entre nós e Deus, a quem não podemos ser úteis por meio delas, nem saldar a dívida dos nossos pecados anteriores, e porque, como boas, procedem de seu Espírito; e, como nossas, são impuras e misturadas com tanta fraqueza e imperfeição, que não podemos suportar a severidade do juízo de Deus; assim, depois que tivermos feito tudo quanto podemos, temos cumprido tão-somente o nosso dever, e somos servos inúteis.

Ref. Rm 3:20;4:2,4,6; Ef.2:8-9; Lc 17:10;Gl 5:22,23; Is 64:6; Sl 143:2;130:3.

VI. Não obstante, as pessoas dos crentes, sendo aceitas por meio de Cristo, suas obras também são aceitas por ele, não como se fossem, nesta vida, inteiramente perfeitas e irrepreensíveis à vista de Deus, mas porque Deus, considerando-as em seu Filho, é servido aceitar e recompensar aquilo que é sincero, embora seja acompanhado de muitas fraquezas e imperfeições.

Ref. Ef 1:6; I Pe 2:5; Sl 143:2; II Co 8:12; Hb 6:10; Mt 2,5:21,23.

VII. As obras feitas pelos não-regenerados, embora sejam, quanto à matéria, coisas que Deus ordena, e úteis tanto a eles mesmos quanto aos outros, contudo, porque procedem de corações não purificados pela fé, não são feitas devidamente - segundo a Palavra; nem para um fim justo - a glória de Deus; são, portanto, pecaminosas e não podem agradar a Deus, nem preparar o homem para receber a graça de Deus; não obstante, o negligenciá-las é ainda mais pecaminoso e ofensivo a Deus.

Ref. II Rs 10:30, 31; Fp 1:15,16,18; Hb 11:4,6; Mc 10:20,21; I Co 13:3; Is 1:12; Mt 6:2, 5,16; Ag 2:14; Am 5:21,22; Mc 7:6,7; Sl 14:4;36:3; Mt 25:41-45;23:23.

CAPÍTULO XVII

DA PERSEVERANÇA DOS SANTOS

I. Os que Deus aceitou em seu Bem-amado, os que ele chamou eficazmente e santificou pelo seu Espírito, não podem cair do estado de graça, nem total nem finalmente; mas com toda a certeza hão de perseverar nesse estado até o fim, e serão eternamente salvos.

Ref. Fp 1:6; Jo 10:28,29; I Pe 1:5,9.

II. Esta perseverança dos santos não depende do próprio livre-arbítrio deles, mas da imutabilidade do decreto da eleição, procedente do livre e imutável amor de Deus Pai, da eficácia do mérito e intercessão de Jesus Cristo, da permanência do Espírito e da semente de Deus neles e da natureza do pacto da graça; de todas estas coisas vêm a sua certeza e infalibilidade. ,

Ref. II Tm 2:19; Jr 31:3; Jo 17:11,24; Hb 7:25; Lc 22:32; Rm 8:33,34,38,39; Jo 14:16,17; I Jo 2:27;3:9; Jr 32:40; II Ts 3:3; I Jo 2:19; Jo 10:28.

III. Eles, porém, pelas tentações de Satanás e do mundo, pela força da corrupção restante neles e pela negligência dos meios de preservação, podem cair em graves pecados e, por algum tempo, continuar neles; incorrem, assim, no desagrado de Deus, entristecem o seu Santo Espírito e, em alguma medida, vêm a ser privados de suas graças e confortos; têm o coração endurecido e a consciência ferida; prejudicam e escandalizam os outros e atraem sobre si juízos temporais.

Ref. Sl 51:4; Mt 26:70-74; II Sm 12:9,13; Is 64:7,9; II Sm 11:27; Ef 4:30; Sl 51:8,10, 12; Ap 2:4; Is 63:17; Mc 6:52; Sl 32:3,4; II Sm 12:14; Sl 89:31,32; I Co 11:32.

CAPÍTULO XVIII

DA CERTEZA DA GRAÇA E DA SALVAÇÃO

I. Ainda que os hipócritas e os outros não-regenerados podem iludir-se vãmente com falsas esperanças e carnal presunção de se acharem no favor de Deus e em estado de salvação, esperança essa que perecerá, contudo os que verdadeiramente crêem no Senhor Jesus e o amam com sinceridade, procurando andar diante dele em toda a boa consciência, podem, nesta vida, certificar-se de se acharem em estado de graça; e podem regozijar-se na esperança da glória de Deus, essa esperança que jamais os envergonhará.

Ref. Dt 29:19; Mq 3:11; Jo 8:41; Mt 8:22-23; I Jo 2:3;5:13; Rm 5:2; II Tm 4:7,8.

II. Esta certeza não é uma simples persuasão conjectural e provável, fundada numa falsa esperança, mas uma segurança infalível da fé, fundada na divina verdade das promessas de salvação, na evidência interior daquelas graças nas quais essas promessas são feitas, no testemunho do Espírito de adoção que testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus, sendo esse Espírito o penhor de nossa herança, e por meio de quem somos selados para o dia da redenção.

Ref. Hb 6:11,17-19; I Pe 1:4,5,10,11; I Jo 3:14; Rm 8:15,16; Ef 1:13,14;4:30; II Co 1:21-22.

III. Esta segurança infalível não pertence de tal modo à essência da fé, que um verdadeiro crente, antes de possuí-la, não tenha de esperar muito e lutar com muitas dificuldades; contudo, sendo pelo Espírito habilitado a conhecer as coisas que lhe são livremente dadas por Deus, ele pode obtê-la sem revelação extraordinária, no devido uso dos meios ordinários. É, pois, dever de cada um ser diligente em tornar certas sua vocação e eleição, a fim de que, por esse modo, seja o seu coração, no Espírito Santo, confirmado em paz e deleite, em amor e gratidão para com Deus, no vigor e alegria, nos deveres da obediência, que são os frutos próprios desta segurança. Este privilégio está, pois, muito longe de predispor os homens à negligência.

Ref. I Jo 5:13; I Co 2:12; I Jo 4:13; Hb 6:11,12; II Pe 1:10; Rm 5:1,2,5;14:17;15:13; SI 119:32; Rm 6:1,2; Tt 2:11,12,14; II Co 7:1; Rm 8:1,12; I Jo 1:6,7;3:2,3.

IV. Os verdadeiros crentes podem ter, de diversas maneiras, a segurança de sua salvação abalada, diminuída e interrompida - negligenciando a conservação dela, caindo em algum pecado especial que fira a consciência e entristeça o Espírito Santo, cedendo a fortes e repentinas tentações, retirando Deus a luz de seu rosto e permitindo que andem em trevas e não tenham luz mesmo os que o temem; contudo, eles nunca ficam inteiramente privados daquela semente de Deus e da vida da fé, daquele amor a Cristo e aos irmãos, daquela sinceridade de coração e consciência do dever; daí, a certeza de salvação poderá, no tempo próprio, ser restaurada pela operação do Espírito, e por meio dessas bênçãos eles são suportados para não caírem em desespero absoluto.

Ref. SI 51:8,12,14; Ef 4:30; SI 77:1-10;31:32; I Jo 3:9; Lc 22:32; Mq 7:7-9; Jr 32:40; II Co 4:8-10.

CAPÍTULO XIX **DA LEI DE DEUS**

I. Deus deu a Adão uma lei como um pacto de obras. Por esse pacto Deus o obrigou, bem como a toda a sua posteridade, a uma obediência pessoal, inteira, exata e perpétua; prometeu-lhe a vida sob a condição dele cumprir com a lei, e o ameaçou com a morte caso ele a violasse, e dotou-o com o poder e capacidade para guardá-la.

Ref. Gn 1:26;2:17; Ef 4:24; Rm2:14,15;10:5;5:12,19.

II. Essa lei, depois da queda do homem, continuou a ser uma perfeita regra de justiça. Como tal, foi por Deus entregue no monte Sinai em dez mandamentos e escrita em duas tábuas; os primeiros quatro mandamentos contêm os nossos deveres para com Deus; e os outros seis, os nossos deveres para com o homem.

Ref. Tg 1:25;2:8,10; Dt 5:32;10:4; Mt 22:37-40.

III. Além dessa lei, geralmente chamada lei moral, quis Deus dar ao seu povo Israel, considerado uma igreja sob sua tutela, leis cerimoniais que contêm diversas ordenanças típicas. Essas leis - que em parte se referem ao culto e prefiguram Cristo, suas graças, seus atos, seus sofrimentos e seus benefícios, e em parte representam várias instruções de deveres morais - estão todas abolidas sob o Novo Testamento.

Ref. Hb10:1;Gl 4:1-3;Cl 2:17;Êx 12:14; I Co 5:7; II Co 6:17; Cl 2:14;16,17; Ef 2:15,16.

IV. A esse mesmo povo, considerado como um corpo político, Deus concedeu diversas leis judiciais que deixaram de vigorar quando o país daquele povo também

deixou de existir, e que agora não obrigam a ninguém além do que exige a sua equidade geral.

Ref. Êx 21:1-36;22:1-29; Gn 49:10; Mt 5:38-39.

V. A lei moral obriga para sempre a todos a prestar-lhe obediência para sempre, tanto as pessoas justificadas como as demais, e isto não somente por causa à matéria nela contida, mas também pelo respeito à autoridade de Deus, o Criador, que a deu. Cristo, no Evangelho, de modo algum desfaz esta obrigação, antes a confirma.

Ref. / Jo 2:3,4,7; Rm 3:31; Tg,2:8,10,11; Rm 3:19; Mt 5:18,19.

VI. Embora os verdadeiros crentes não estejam sob a lei como pacto de obras, para serem por ela justificados ou condenados, contudo ela serve de grande proveito, tanto a eles, como aos demais. Como regra de vida, ela lhes informa a vontade de Deus e o dever que eles têm; os dirige e os obriga a andar segundo a retidão; descobre-lhes também as pecaminosas poluições de sua natureza, do seu coração e da sua vida, de maneira que, examinando-se por meio dela, alcançam mais profunda convicção de pecado, maior humilhação por causa dele e maior aversão a ele, ao mesmo tempo lhes dá mais clara visão da necessidade que têm de Cristo e da perfeita obediência a ele devida. Ela é também de utilidade aos regenerados, a fim de conter a sua corrupção, pois proíbe o pecado; as suas ameaças servem para mostrar o que merecem os seus pecados; e quais as aflições que por causa dele devem esperar nesta vida, ainda que sejam livres da maldição ameaçada na lei. Do mesmo modo, as suas promessas mostram que Deus aprova a obediência deles, e que bênçãos podem esperar dessa obediência, ainda que essas bênçãos não lhes sejam devidas pela lei considerada como pacto das obras - assim como fazer um homem o bem ou o evitar ele o mal, só porque a lei estimula aquilo e proíbe isto, não prova estar ele sob a lei e não sob a graça.

Ref. Rm 6:14;8:1; Gl 3:13; Rm 7:12,22,25; Sl 119:5; I Co 7:19; Rm 7:7;3:20; Tg 1:23, 25; Rm 7:9,14,24; Gl 3:24; Rm 8:3-4;7:25; Tg 2:11; Ed 9:13,14; Sl 89:30-34;37:11; 19:11; Gl 2:16; Lc 17:10; Rm 6:12,14; Hb 12:28,29; I Pe 3:8-12; Sl 34:12,16.

VII. Os supracitados usos da lei não são contrários à graça do Evangelho, mas suavemente se harmonizam com ela, pois o Espírito de Cristo submete e habilita a vontade do homem a fazer livre e alegremente aquilo que a vontade de Deus, revelada na lei, requer que se faça.

Ref. Gl 3:21; Ez 36:27; Hb 8:10.

CAPÍTULO XX

DA LIBERDADE CRISTÃ E DA LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA

I. A liberdade que Cristo, sob o Evangelho, comprou para os crentes consiste em serem eles libertos da culpa do pecado, da ira condenatória de Deus, da maldição da lei moral; em serem libertos do poder deste mundo, do cativo de Satanás, do domínio do pecado, da nocividade das aflições, do aguilhão da morte, da vitória da sepultura e da condenação eterna; como também em terem eles livre acesso a Deus, em lhe prestarem obediência, não movidos de um medo servil, mas de amor filial e de espírito voluntário. Todos estes privilégios eram comuns também aos crentes sob a lei; mas sob o Novo Testamento, a liberdade dos cristãos está mais ampliada, achando-se eles livres do jugo da lei cerimonial a que estava sujeita a Igreja Judaica, e tendo mais ousadia no acesso ao trono da graça e mais plenas comunicações do gracioso Espírito de Deus, do que ordinariamente alcançavam os crentes sob a lei.

Ref. Tt 2:14; I Ts 1:10; Gl 3:13; Rm 8:1; Gl 1:4; At 26:18; Rm 6:14; I Jo 1:7; Sl 119:71; Rm 8:28; I Co 15:54-57; Rm 5:1,2; Ef 2:18;3:12; Hb 10:19; Rm 8:14,15; Gl 6:6; I Jo 5:18; Gl 3:9,14;5:1; At 15:10; Hb 4:14,16;10:19-22; Jo 7:38,39; Rm 5:5.

II. Só Deus é senhor da consciência, e a deixou livre das doutrinas e dos mandamentos humanos que, em qualquer coisa, sejam contrários à sua Palavra, ou que, em matéria de fé ou de culto estejam fora dela. Assim, crer tais doutrinas ou obedecer a tais mandamentos, por motivo de consciência, é trair a verdadeira liberdade de consciência; e requerer para elas fé implícita e obediência cega e absoluta, é destruir a liberdade de consciência e a própria razão.

Ref. Rm 14:4,10; Tg 4:12; At 4:19;5:29; Mt 28:8-10; Cl 2:20-23; Gl 1:10;2:4-5;4:9,10; 5:1; Rm 14:23; At 17:11; Jo 4:22; Jr 8:9; I Pe 3: 15.

III. Aqueles que, sob o pretexto de liberdade cristã, cometem qualquer pecado ou toleram qualquer concupiscência, destroem, por isso mesmo o fim da liberdade cristã; pelo contrário, sendo livres das mãos de nossos inimigos, sem medo sirvamos ao Senhor em santidade e justiça, diante dele, todos os dias de nossa vida.

Ref. Lc 1:74,75; Rm 6:15; Gl 5:13; I Pe 2:16; II Pe 3:15.

IV. Visto que os poderes que Deus ordenou, e a liberdade que Cristo comprou não foram por Deus designados para destruir, mas para que mutuamente nos apoiemos e preservemos uns aos outros, resistem à ordenança de Deus os que, sob pretexto de liberdade cristã, se opõem a qualquer poder legítimo, civil ou religioso, ou ao exercício dele. Se publicarem opiniões ou mantiverem práticas contrárias à luz da natureza ou aos reconhecidos princípios do Cristianismo concernentes à fé, ao culto ou ao procedimento; se publicarem opiniões, ou mantiverem práticas contrárias ao poder da piedade, ou que, por sua própria natureza ou pelo modo de publicá-las e mantê-las, são destrutivas da paz externa da Igreja e da ordem que Cristo estabeleceu nela, podem, legalmente ser processados e visitados com as censuras da Igreja.

Ref. I Pe 2:13-16; Hb 13:17; Mt 18:15-17; II Ts 3:14; Tt 3:10; I Co 5:11-13; Rm 16:17; II Ts 3:6.

CAPÍTULO XXI

DO CULTO RELIGIOSO E DO DOMINGO

I. A luz da natureza mostra que há um Deus, que tem domínio e soberania sobre tudo, que é bom e faz bem a todos, e que, portanto, deve ser temido, amado, louvado, invocado, crido e servido de todo o coração, de toda a alma e de toda a força; mas o modo aceitável de adorar o verdadeiro Deus é instituído por ele mesmo, e é tão limitado pela sua própria vontade revelada, que ele não pode ser adorado segundo as imaginações e invenções dos homens, ou sugestões de Satanás, nem sob qualquer representação visível, ou de qualquer outro modo não prescrito nas Santas Escrituras.

Ref. Rm 1:20;Sl 119:68;31:23;At 14:17;Dt 12:32;Mt 15:9;4:9,10; Jo 4:23,24;Êx 20:4-6.

II. O culto religioso deve ser prestado a Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo - e só a ele; não deve ser prestado nem aos anjos, nem aos santos, nem a qualquer outra criatura; nem deve, depois da queda, ser prestado a Deus pela mediação de qualquer outro, senão unicamente a de Cristo.

Ref. Jo 5:23; Mt 28:19; II Co 13:13; Cl 2:18; Ap 19:10; Rm 1:25; Jo 14:6; I Tm 2:5; Ef 2:18; Cl 3:17.

III. A oração, com ações de graças, sendo uma parte especial do culto religioso, é por Deus exigida de todos os homens; e, para que seja aceita, deve ser feita em o nome do Filho, pelo auxílio de seu Espírito, segundo a sua vontade, e isto com inteligência, reverência, humildade, fervor, fé, amor e perseverança. Se for vocal, deve ser proferida em uma língua conhecida dos circunstantes.

Ref. Fp 4:6; I Tm 2:1; Cl 4:2; Sl 65:2;67:3; I Ts 5:17,18; Jo 14:13,14; I Pe 2:5; Rm 8:26; Ef 6:8; Jo 5:14; Sl 47:7; Hb 12:28; Gn 18:27; Tg 5:16; Ef 6:18; I Co 14:14.

IV. A oração deve ser feita por coisas lícitas, e por todas as classes de homens que existem atualmente ou que existirão no futuro; mas não deve ser feita em favor dos mortos, nem em favor daqueles que se saiba terem cometido o pecado para a morte.

Ref. Mt 26:42; I Tm 2:1-2; Jo 17:20; II Sm 7:29;12:21-23; Lc 16:25,26; I Jo 5:16.

V. A leitura das Escrituras com santo temor; a sã pregação da Palavra e a consciente atenção a ela, em obediência a Deus, com entendimento, fé e reverência; o cântico de salmos, com gratidão no coração; bem como a devida administração e digna recepção dos sacramentos instituídos por Cristo - são partes do culto comum oferecido a Deus, além dos juramentos religiosos, votos, jejuns solenes e ações de graças em ocasiões especiais, os quais, em seus vários tempos e ocasiões próprias, devem ser usados de um modo santo e religioso.

Ref. At 15:21; Ap 1:3; II Tm 4:2; Tg 1:22; At 10:33; Hb 4:2; Cl 3:16; Ef 5:19; Tg 5:13; At 16:25; Mt 28:19; At 2:42; Dt 6:13; Ne 10:29; Ec 5:4,5; Jl 2:12; Mt 9:15.

VI. Agora, sob o Evangelho, nem a oração, nem qualquer outro ato do culto religioso é restrito a um certo lugar, nem se torna mais aceitável por causa do lugar em que se ofereça ou para o qual se dirija; mas Deus deve ser adorado em todo o lugar, em espírito e verdade, tanto em família, diariamente, e em secreto, estando cada um sozinho, como também, mais solenemente, em assembléias públicas, que não devem ser descuidadas, nem voluntariamente negligenciadas ou desprezadas, sempre que Deus, pela sua providência, proporcione ocasião.

Ref. Jo 5:21; MI 1:11; I Tm 2:8; Jo 4:23-24; Jr 10:25; Jó 1:5; II Sm 6:18-20; Dt 6:6-7; Mt 6:6,11; Is 56:7; Hb 10:25; Pv 8:34; At 2:42.

VII. Como é lei da natureza que, em geral, uma devida proporção de tempo seja destinada ao culto de Deus, assim também, em sua Palavra, por um preceito positivo, moral e perpétuo, preceito que obriga a todos os homens, em todas as épocas, Deus designou particularmente um dia em sete para ser um sábado (=descanso) santificado por Ele; desde o princípio do mundo, até à ressurreição de Cristo, esse dia foi o último da semana; e desde a ressurreição de Cristo, foi mudado para o primeiro dia da semana, dia que na Escritura é chamado dia do Senhor (=domingo), e que há de continuar até ao fim do mundo como o sábado cristão.

Ref. Êx 20:8-11; Gn 2:3; I Co 16:1-2; At 20:7; Ap.1:10; Mt 5:17,18.

VIII. Este sábado é santificado ao Senhor quando os homens, tendo devidamente preparado o coração e de antemão ordenado os seus negócios ordinários, não só guardam, durante todo o dia, um santo descanso das suas próprias obras, suas palavras e seus pensamentos a respeito de seus empregos seculares e de suas recreações, mas também ocupam todo o tempo em exercícios públicos e particulares de culto e nos deveres de necessidade e de misericórdia.

Ref. Êx 16:23-26,29:30;31:15,16; Is 58:13.

CAPÍTULO XXII

DOS JURAMENTOS LEGAIS E DOS VOTOS

I. O Juramento, quando lícito, é uma parte do culto religioso em que o crente, em ocasiões próprias e com toda a solenidade, chama a Deus por testemunha do que assevera ou promete; pelo juramento ele invoca a Deus a fim de ser julgado por ele, segundo a verdade ou falsidade do que jura.

Ref. Dt 10:20; Êx 20:7; Lv 19:12; II Co 1:23; II Cr 6:22,23.

II. O único nome pelo qual se deve jurar é o Nome de Deus, Nome que se pronunciará com todo o santo temor e reverência; jurar, pois, falsa ou temerariamente por este glorioso e tremendo Nome, ou jurar por qualquer outra coisa é pecaminoso e abominável. Contudo, como em assuntos de gravidade e importância, o juramento é autorizado pela Palavra de Deus, tanto sob o Novo Testamento como sob o Antigo, o juramento, sendo exigido pela autoridade legal, deve ser prestado com referência a tais assuntos.

Ref. Dt 6:13; Jr 5:7; Mt 5:34,37; Tg 5:12; Hb 6:16; I Rs 5:31; Ed 10:5.

III. Quem vai prestar um juramento deve considerar refletidamente a gravidade de ato tão solene, e nada afirmar senão do que esteja plenamente persuadido ser a verdade, obrigando-se tão-somente por aquilo que é justo e bom, e que tem como tal, e por aquilo que pode e está resolvido a cumprir. É, porém, pecado recusar prestar juramento concernente a qualquer coisa justa e boa, que seja exigido pela autoridade legal.

Ref. Jr 4:2; Gn 24:2,3; 9; Ne 5:12.

IV. O juramento deve ser prestado conforme o sentido comum e claro das palavras, sem equívoco ou reserva mental. Não pode obrigar a pecar; mas, sendo prestado com referência a qualquer coisa não pecaminosa, obriga ao cumprimento, mesmo com prejuízo de quem jura. Não deve ser violado, ainda que feito a hereges ou infiéis.

Ref. Sl 24:4;15:4; Ez 17:16,18.

V. O voto é da mesma natureza que o juramento promissório; deve ser feito com o mesmo cuidado religioso e cumprido com igual fidelidade.

Ref. Is 19:21; Ec 5:4-6; Sl 66:13,14.

VI. O voto não deve ser feito a criatura alguma, mas só a Deus; para que seja aceitável, deve ser feito voluntariamente, com fé e consciência de dever, em reconhecimento de misericórdias recebidas ou para obter o que desejamos. Pelo voto obrigamo-nos mais restritamente aos deveres necessários ou a outras coisas, até onde ou quando elas conduzirem a esses deveres.

Ref. Sl 76:11; Dt 23:21,23; Sl 50:14.

VII. Ninguém deve prometer fazer coisa alguma que seja proibida na Palavra de Deus, ou que impeça o cumprimento de qualquer dever nela ordenado, nem o que não está em seu poder cumprir e para cuja execução não tenha promessa ou poder de Deus; por isso, os votos monásticos, que os papistas fazem do celibato perpétuo, pobreza voluntária e obediência regular, em vez de serem graus de maior perfeição, não passam de laços supersticiosos e iníquos com os quais nenhum cristão deve embaraçar-se.

Ref. At 23:12; Mc 6:26; I Co 2:9; Ef 4:28; I Ts. 4:11,12; I Co 7:23.

CAPÍTULO XXIII **DO MAGISTRADO CIVIL**

I. Deus, o Senhor Supremo e Rei de todo o mundo, para a sua glória e para o bem público, constituiu sobre o povo magistrados civis, a ele sujeitos, e para este fim os armou com o poder da espada para defesa e incentivo dos bons e castigo dos malfeitores.

Ref. Rm 13:1-4; I Pe 2:13,14.

II. Aos cristãos é lícito aceitar e exercer o ofício de magistrado, sendo para ele chamados; e em sua administração, como devem especialmente manter a piedade, a justiça e a paz segundo, as leis salutares de cada Estado, eles, sob a dispensação do Novo Testamento, e para esse fim, podem licitamente fazer guerra, havendo ocasiões justas e necessárias.

Ref. Pv 8:15,16; Sl 82:3,4; II Sm 23:3; Lc 3:14; Mt 8:9,10; Rm 13:4.

III. Os magistrados civis não podem tomar sobre si a administração da Palavra e dos Sacramentos, ou o poder das chaves do Reino do céu, nem de modo algum interferir em matéria de fé; contudo, como pais solícitos, têm o dever de proteger a Igreja do nosso comum Senhor, sem dar preferência a qualquer denominação cristã acima das outras, de tal maneira que todos os eclesiásticos, sem distinção, gozem plena, livre e indisputada liberdade de cumprir todas as partes das suas sagradas funções, sem violência ou perigo. Como Jesus Cristo constituiu em sua Igreja um governo regular e uma disciplina, nenhuma lei de qualquer Estado deve interferir, impedir ou embaraçar o seu devido exercício entre os membros voluntários de qualquer denominação cristã, segundo a profissão e crença de cada uma. E é dever dos magistrados civis proteger a pessoa e o bom nome de todos os que lhe são relacionados, de modo que a ninguém seja permitido, sob pretexto de religião ou de incredulidade, ofender, perseguir, maltratar ou injuriar a quem quer que seja; e bem assim providenciar para que todas as assembleias religiosas e eclesiásticas possam reunir-se sem serem perturbadas ou molestadas.

Ref. Hb 5:4; II Cr 26:18; Mt 16:19; I Co 4:1,2; Jo 18:36; At 5:29; Ef 4:11,12; Is 49:23; Sl 105:15; II Sm 23:3.

IV. É dever do povo orar pelos magistrados, honrar a pessoa deles, pagar-lhes tributos e outros impostos, obedecer às suas ordens legais e sujeitar-se à sua autoridade, e tudo isso por dever de consciência. Incredulidade ou indiferença de religião não invalida a justa e legal autoridade do magistrado, nem isenta o povo da obediência que lhe deve, obediência essa da qual não estão excluídos os eclesiásticos. O papa não tem nenhum poder ou jurisdição sobre os magistrados dentro dos domínios deles, ou sobre qualquer um do seu povo; e muito menos tem o poder de privá-los de seus domínios ou vida, por julgá-los hereges ou sob qualquer outro pretexto.

Ref. I Tm 2:1-3; II Pe 2:17; Mt 22:21; Rm 13:5,6,7; Tt 3:1; I Pe 2:13-14,16; Rm 13:1; At 25:10,11; II Tm 2:24; I Pe 5:3.

CAPÍTULO XXIV **DO MATRIMÔNIO E DO DIVÓRCIO**

I. O casamento deve ser entre um homem e uma mulher; ao homem não é lícito ter mais de uma esposa, nem à mulher mais de um marido, ao mesmo tempo.

Ref. Gn 2:24; Mt 19:4-6; Rm 7:3.

II. O matrimônio foi ordenado para o auxílio mútuo de marido e esposa, para a propagação da raça humana por uma sucessão legítima, e da Igreja por uma semente santa, e para impedir a impureza.

Ref. Gn 2:18;9:1; Mt 2:15; I Co 7:2,9.

III. A todos os que são capazes de dar um consentimento ajuizado, é lícito casar; mas é dever dos cristãos casar somente no Senhor; portanto, os que professam a verdadeira religião reformada não devem casar-se com infiéis, papistas ou outros idólatras; nem devem os piedosos prender-se a jugo desigual por meio do casamento com os que são notoriamente ímpios em sua vida, ou que mantêm heresias perniciosas.

Ref. Hb 13:4; I Tm 4:3; Gn24:57,58; I Co 7:39; II Co 6:14.

IV. Não devem casar-se as pessoas entre as quais existem graus de consaguinidade ou afinidade proibidos na Palavra de Deus; tais casamentos incestuosos jamais poderão tornar-se lícitos pelas leis humanas ou consentimento das partes, de modo a poderem viver juntas marido e mulher.

Ref. I Co 5:1; Mc 6:18; Lv 18:24,28.

V. O adultério ou fornicação cometido depois de um contrato, sendo descoberto antes do casamento, dá à parte inocente justo motivo de dissolver o contrato; no caso de adultério depois do casamento, à parte inocente é lícito propor divórcio, e, depois de obter o divórcio, casar com outrem, como se a parte infiel fosse morta.

Ref. Mt 1:18-20;5:31,32;19:9.

VI. Posto que a corrupção do homem seja tal que o incline a procurar argumentos a fim de indevidamente separar aqueles que Deus uniu em matrimônio, contudo nada, senão o adultério, é causa suficiente para dissolver os laços do matrimônio, a não ser que haja deserção tão obstinada que não possa ser remediada nem pela Igreja nem pelo magistrado civil. Para a dissolução do matrimônio é necessário haver um processo público e regular, não se devendo deixar ao arbítrio e discricção das partes o decidir em seu próprio caso.

Ref. Mt 19:6-8; I Co 7:15; Dt 24:1-4; Ed 10:3.

CAPÍTULO XXV **DA IGREJA**

I. A Igreja Católica ou Universal, que é invisível, consiste do número total dos eleitos que já foram, dos que agora são e dos que ainda serão reunidos em um só corpo, sob Cristo, seu Cabeça; ela é a esposa, o corpo, a plenitude daquele que cumpre tudo em todas as coisas.

Ref. Ef 1:10,22,23; Cl 1:18.

II. A Igreja Visível, que também é católica ou universal sob o Evangelho (não sendo restrita a uma nação, como antes sob a Lei) consta de todos aqueles que, pelo mundo inteiro, professam a verdadeira religião, juntamente com seus filhos; é o Reino do Senhor Jesus, a casa e família de Deus, fora da qual não há possibilidade ordinária de salvação.

Ref. I Co 1:2;12:12,13; Sl 2:8; I Co 7:14; At 2:39; Gn 17:7; Rm 9:16; Mt 13:3 Cl 1:13; Ef 2:19;3:15; Mt 10:32,33; At 2:47.

III. A esta Igreja Católica Visível Cristo deu o ministério, os oráculos e as ordenanças de Deus, para congregação e aperfeiçoamento dos santos, nesta vida, até ao fim do mundo, e pela sua própria presença e pelo seu Espírito os torna eficientes para esse fim, segundo a sua promessa.

Ref. Ef 4:11,13; Is 59:21; Mt 28:19,20.

IV. Esta Igreja Católica tem sido ora mais, ora menos visível. As igrejas particulares, que são membros dela, são mais ou menos puras conforme nelas é, com mais ou menos pureza, ensinado e abraçado o Evangelho, administradas as ordenanças e celebrado o culto público.

Ref. Rm 11:3,4; At 2:41,42; I Co 5:6,7.

V. As igrejas mais puras debaixo do céu estão sujeitas à mistura e ao erro; algumas têm-se degenerado ao ponto de não serem mais igrejas de Cristo, e, sim, sinagogas de Satanás; não obstante, haverá sempre sobre a terra uma igreja para adorar a Deus segundo a vontade dele mesmo.

Ref. I Co 1:2;13:12; Mt 13:24-30,47; Rm 11:20-22; Ap 2:9; Mt 16:18.

VI. Não há outro Cabeça da Igreja senão o Senhor Jesus Cristo; em sentido algum pode ser o papa de Roma o cabeça dela, mas ele é aquele anticristo, aquele homem do pecado e filho da perdição que se exalta na Igreja contra Cristo e contra tudo o que se chama Deus.

Ref. Cl 1:18; Ef 1:22; Mt 23:8-10; I Pe 5:2-4; II Ts 2:3-4.

CAPÍTULO XXVI **DA COMUNHÃO DOS SANTOS**

I. Todos os santos que, pelo Espírito de Deus e pela fé, estão unidos a Jesus Cristo, seu Cabeça, têm comunhão com Ele nas suas graças, nos seus sofrimentos, na sua morte, na sua ressurreição e na sua glória, e, estando unidos uns aos outros no amor, participam dos mesmos dons e graças e estão obrigados ao cumprimento dos deveres públicos e particulares que contribuem para o seu mútuo proveito, tanto no homem interior como no exterior.

Ref. I Jo 1:3; Ef 3:16,17; Jo 1:16; Fp 3:10; Rm 6:5,6;8:17; Ef 4:15,16; I Ts 5:11,14; Gl 6:10.

II. Os santos são, pela profissão de fé, obrigados a manter uma santa sociedade e comunhão no culto de Deus e na realização de outros serviços espirituais que contribuem para a sua mútua edificação, bem como a socorrer uns aos outros em coisas materiais, segundo as suas várias habilidades e necessidades; esta comunhão, conforme Deus oferecer ocasião, deve estender-se a todos aqueles que, em todo lugar, invocam o nome do Senhor Jesus.

Ref. Hb10:24,25; At 2:42,46; I Jo 3:17; At 11:29,30.

III. Esta comunhão que os santos têm com Cristo não os torna de modo algum participantes da substância de sua Divindade, nem iguais a Cristo em qualquer sentido; afirmar uma ou outra coisa, é ímpio e blasfemo. A comunhão que os santos mantêm entre si não destrói, nem de modo algum enfraquece o título ou domínio que cada homem tenha sobre os seus bens e possessões.

Ref. Cl 1:18; I Co8:6; I Tm 6:15,16; At 5:4.

CAPÍTULO XXVII

DOS SACRAMENTOS

I. Os sacramentos são santos sinais e selos do pacto da graça, imediatamente instituídos por Deus para representar Cristo e seus benefícios, e confirmar o nosso interesse nele, bem como para fazer uma diferença visível entre os que pertencem à Igreja e o restante do mundo, e solenemente obrigá-los ao serviço de Deus em Cristo, segundo a sua Palavra.

Ref. Rm 6:11; Gn 17:7-10; Mt 28:19; I Co 11:23;10:16;11:25,26; Êx 12:48; I Co 10:21; Rm 6:3,4; I Co 10:2-16.

II. Há em cada sacramento uma relação espiritual ou união sacramental entre o sinal e a coisa significada; por isso, os nomes e efeitos de um são atribuídos ao outro.

Ref. Gn 17:10; Mt 26:27,28; Tt 3:5.

III. A graça revelada nos sacramentos, ou por meio deles, quando devidamente usados, não é conferida por qualquer poder neles existente; nem a eficácia de um sacramento depende da piedade ou intenção de quem o administra, mas da obra do Espírito e da palavra da instituição, a qual, juntamente com o preceito que autoriza o uso dele, contém uma promessa de benefício aos que dignamente o recebem.

Ref. Rm 2:28,29; I Pe 3:21; Mt 3:11; I Co 12:13; Lc 22:19,20; I Co 11:26.

IV. Há só dois sacramentos ordenados por Cristo, nosso Senhor, no Evangelho: O Batismo e a Ceia do Senhor. Nenhum dos quais deve ser administrado senão por um ministro da Palavra, legalmente ordenado.

Ref. Mt 28:19; I Co 11:20,23,34; Hb 5:4.

V. Os sacramentos do Antigo Testamento, quanto às coisas espirituais por eles significadas e representadas, eram, em substância, os mesmos que, os do Novo Testamento.

Ref. I Co 10:1-4.

CAPÍTULO XXVIII **DO BATISMO**

I. O Batismo é um sacramento do Novo Testamento, instituído por Jesus Cristo, não só para solenemente admitir na Igreja a pessoa batizada, mas também para servir-lhe de sinal e selo do pacto da graça, de sua união com Cristo, da regeneração, da remissão dos pecados e também da sua consagração a Deus, por meio de Jesus Cristo, a fim de andar em novidade de vida. Este sacramento, segundo a ordenação do próprio Cristo, há de continuar em sua Igreja até ao final do mundo.

Ref. Mt 28:19; I Co 12:13; Rm 4:11; Cl 2:11,12; Gl 3:27; Tt 3:5; Mc 1:4; At 2:38; Rm 6:3,4; Mt 28:19,20.

II. O elemento exterior, usado neste sacramento, é água, com a qual a pessoa é batizada em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, por um ministro do Evangelho, legalmente ordenado.

Ref. At 10:47;8:36-38; Mt 28:19.

III. Não é necessário imergir o candidato na água, mas o batismo é corretamente administrado por efusão e aspensão.

Ref. At 2:41;10:46-47;16:33; I Co 10:2.

IV. Não só os que de fato professam a sua fé em Cristo e obediência a Ele; mas também os filhos de pais crentes (ainda que só um deles o seja) devem ser batizados.
Ref. At 9:18; Gn 17:7,9; Gl 3:9,14; Rm 4:11,12; At 2:38-39.

V. Posto que seja grande pecado menosprezar ou negligenciar esta ordenança, contudo a graça e a salvação não se acham tão inseparavelmente ligadas a ela, que sem ela uma pessoa não possa ser regenerada e salva, ou que todos os que são batizados sejam indubitavelmente regenerados.
Ref. Lc 7:30; Êx 4:24-26; Dt 28:9; Rm 4:11; At 8:13,23.

VI. A eficácia do Batismo não se limita ao momento em que é ele administrado; contudo, pelo devido uso desta ordenança, a graça prometida é não somente oferecida, mas realmente manifestada e conferida pelo Espírito Santo àqueles a quem ele pertence (adultos ou crianças) segundo o conselho da própria vontade de Deus, em seu tempo determinado.
Ref. Jo 3:5,8; Gl 3:27; Ef 5:25,26.

VII. O sacramento do batismo deve ser administrado uma só vez a uma mesma pessoa.
Ref. Tt 3:5.

CAPÍTULO XXIX **DA CEIA DO SENHOR**

I. Na noite em que foi traído, nosso Senhor Jesus instituiu o sacramento de seu corpo e sangue, chamado Ceia do Senhor, para ser observado em sua Igreja até ao fim do mundo, para ser uma lembrança perpétua do sacrifício que em sua morte Ele fez de si mesmo; para selar, aos verdadeiros crentes, os benefícios provenientes desse sacrifício para o seu nutrimento espiritual e crescimento nele, e seu compromisso de cumprir todos os seus deveres para com Ele; e ser um vínculo e penhor da sua comunhão com Ele e de uns com os outros, como membros de seu corpo místico.
Ref. I Co 11:23-26;10:16,17,21;12:13.

II. Neste sacramento, Cristo não é oferecido a seu Pai, nem de modo algum se faz um sacrifício real para remissão de pecados dos vivos ou dos mortos, mas apenas se faz uma comemoração daquela única oferenda que Ele fez de si mesmo na cruz, uma vez por todas, e, por meio dela, uma oblação espiritual de todo louvor possível a Deus; assim, o chamado sacrifício papal da missa, como é chamado, é sobremodo ofensivo ao único sacrifício de Cristo, o qual é a única propiciação por todos os pecados dos eleitos.
Ref. Hb 9:22,25,26,28; Mt 26:26,27; Lc 22:19,20; Hb 7:23,24,27;10:11,12,14,18.

III. Nesta ordenança, o Senhor Jesus constituiu seus ministros para declarar ao povo a sua palavra de instituição, orar, abençoar os elementos, pão e vinho, e assim separá-los do comum para um uso sagrado; para tomar e partir o pão, tomar o cálice, dele participando também, e dar ambos os elementos aos comungantes, e tão-somente aos que se acharem presentes na congregação.
Ref. Mc. 14:22-24; At 20:7; I Co 11:20.

IV. A missa particular ou recepção do sacramento por um só sacerdote ou por uma só pessoa, bem como a negação do cálice ao povo, a adoração dos elementos, a elevação ou procissão deles para serem adorados, e a sua conservação para qualquer

uso religioso, são coisas contrárias à natureza deste sacramento, e à instituição de Cristo.

Ref. I Tm 1:3,4; I Co 11:25-29; Mt 15:9.

V. Os elementos exteriores deste sacramento, devidamente consagrados aos usos ordenados por Cristo, têm tal relação com Cristo Crucificado, que, verdadeiramente, embora só num sentido sacramental, são às vezes chamados pelos nomes das coisas que representam, a saber, o corpo e o sangue de Cristo; se bem que, em substância e natureza, conservam-se verdadeira e somente pão e vinho, como eram antes.

Ref. Mt 26:26-28; I Co 11:26-28.

VI. A doutrina geralmente chamada transubstanciação, que ensina a mudança da substância do pão e do vinho na substância do corpo e do sangue de Cristo, mediante a consagração de um sacerdote ou por qualquer outro meio, é contrária, não só às Escrituras, mas também ao senso comum e à razão; destrói a natureza do sacramento, e tem sido a causa de muitas superstições e até de grosseira idolatria.

Ref. At 3:21; I Co 11:24-26; Lc 24:6,39.

VII. Os que comungam dignamente, participando exteriormente dos elementos visíveis deste sacramento, também recebem intimamente, pela fé, a Cristo Crucificado e todos os benefícios da sua morte, e dele se alimentam, não carnal ou corporalmente, mas real, verdadeira e espiritualmente; não estando o corpo e o sangue de Cristo, corporal ou carnalmente nos elementos, pão e vinho, nem com eles ou sob eles, mas estão, espiritual e realmente, presentes à fé dos crentes nessa ordenança, como estão os próprios elementos a seus sentidos corporais.

Ref. I Co 11:28;10:16.

VIII. Ainda que os ignorantes e os ímpios recebam os elementos visíveis deste sacramento, todavia não recebem a coisa por eles significada, mas, pela sua indigna participação, tornam-se réus do corpo e do sangue do Senhor, para sua própria condenação. Portanto, todos estes, como são indignos de gozar comunhão com o Senhor, são também indignos da sua mesa, e não podem, sem grande pecado contra Cristo, participar destes santos mistérios nem a eles ser admitidos, enquanto permanecem nesse estado.

Ref. I Co 11:27,29;10:21; II Co 6:14-16; I Co 5:6,7,13; II Ts 3:6,14,15; Mt 7:6.

CAPÍTULO XXX

DAS CENSURAS ECLESIASTICAS

I. O Senhor Jesus, como Rei e Cabeça de sua Igreja, nela instituiu um governo nas mãos dos oficiais dela; governo distinto da magistratura civil.

Ref. Is 9:6,7; I Tm 5:17; I Ts 5:12; At 20:17,28; I Co 12:28.

II. A esses oficiais estão entregues as chaves do Reino no Céu. Em virtude disso, eles têm, respectivamente, o poder de reter ou cancelar pecados; de fechar esse reino a impenitentes, tanto pela Palavra como pelas censuras; de abri-lo aos pecadores penitentes, pelo ministério do Evangelho e pela absolvição das censuras, quando as circunstâncias o exigirem.

Ref. Mt 16:19;18:17,18; Jo 20:21-23; II Co 2:6-8.

III. As censuras eclesiásticas são necessárias para chamar e ganhar (para Cristo) os irmãos transgressores, a fim de impedir que outros pratiquem ofensas semelhantes,

para lançar fora o velho fermento que poderia corromper a massa inteira, para vindicar a honra de Cristo e a santa profissão do Evangelho, e para evitar a ira de Deus, a qual, como justiça, poderia cair sobre a Igreja, se ela permitisse que o pacto divino e seus elos fossem profanados por ofensores notórios e obstinados.

Ref. I Co 5:1-13; I Tm 5:20; 1:20; Jd 23.

IV. Para melhor obtenção destes fins, os oficiais da Igreja devem proceder dentro da seguinte ordem, segundo a natureza do crime e demérito da pessoa: repreensão, suspensão do sacramento da Ceia do Senhor por algum tempo e exclusão da Igreja.

Ref. Mt 18:17; I Ts 5:12; II Ts 3:6,14,15; I Co 5:4,5,13.

CAPÍTULO XXXI **DOS SÍNODOS E CONCÍLIOS**

I. Para melhor governo e maior edificação da Igreja, deverá haver as assembleias comumente chamadas sínodos ou concílios. Em virtude do seu cargo e do poder que Cristo lhes deu para edificação e não para destruição, pertence aos pastores e aos outros presbíteros das igrejas particulares criar tais assembleias e reunir-se nelas quantas vezes julgarem útil para o bem da Igreja.

Ref. At. 15:2,4,6; 20:17,28; Ap 2:1-6.

II. Aos sínodos e concílios compete decidir, ministerialmente, controvérsias quanto à fé e casos de consciência; determinar regras e disposições para a melhor direção do culto público de Deus e governo da sua Igreja; receber queixas em caso de má administração e com autoridade decidi-las. Os seus decretos e decisões, sendo consoantes com a Palavra de Deus, devem ser recebidas com reverência e submissão, não só pelo seu acordo com a Palavra, mas também pela autoridade pela qual são feitos, visto que essa autoridade é uma ordenação de Deus, designada para isso em sua Palavra.

Ref. At. 16:4; 15:27-31.

III. Todos os sínodos e concílios, desde os tempos dos apóstolos, quer gerais quer particulares, podem errar, e muitos têm errado; eles, portanto, não devem constituir regra de fé e prática, mas podem ser usados como auxílio em uma e outra coisa.

Ref. At 17:11; I Co 2:5; II Co 1:24.

IV. Os sínodos e concílios não devem discutir nem determinar coisa alguma que não seja eclesiástica; não devem imiscuir-se nos negócios civis do Estado, a não ser por humilde petição em casos extraordinários, ou por conselhos, em satisfação de consciência, se o magistrado civil os convidar a fazê-lo.

Ref. Lc 12:13,14; Jo 18:36; Mt 22:21.

CAPÍTULO XXXII **DO ESTADO DO HOMEM DEPOIS DA MORTE E DA RESSURREIÇÃO DOS MORTOS**

I. O corpo dos homens, depois da morte, volta ao pó e vê a corrupção; mas a alma deles (que nem morre nem dorme), por ter uma substância imortal, volta imediatamente para Deus que a deu. A alma dos justos, sendo então aperfeiçoada em santidade, é recebida no mais alto dos céus, onde contempla a face de Deus em luz e glória, esperando a plena redenção do corpo deles; e a alma dos ímpios é lançada no inferno, onde permanecerá em tormentos e em trevas espessas, reservada para o juízo do grande dia. Além destes dois lugares destinados às almas separadas de seus respectivos corpos, as Escrituras não reconhecem nenhum outro lugar.

Ref. Gn 3:19; At 13:36; Lc 23:43; Ec 12:7; Ap 7:4,15; II Co 5:1,8; Fp 1:23; At 3:21; Ef 4:10; Rm 8:23; Lc 16:23,24.

II. No último dia, os que estiverem vivos não morrerão, mas serão mudados; todos os mortos serão ressuscitados com seu próprio corpo, e não outro, embora com qualidades diferentes, e se unirá novamente à sua alma, para sempre.

Ref. I Ts 4:17; I Co 15:51,52;15:42-44.

III. O corpo dos injustos será, pelo poder de Cristo, ressuscitado para a desonra; o corpo dos justos será, pelo seu Espírito, ressuscitado para a honra e para serem semelhante ao próprio corpo em Cristo.

Ref. At 24:15; Jo 5:28,29; Fp 3:21.

CAPÍTULO XXXIII **DO JUÍZO FINAL**

I. Deus já determinou um dia no qual, com justiça, há de julgar o mundo por meio de Jesus Cristo, a quem, pelo Pai, foram dados o poder e o juízo. Nesse dia não somente serão julgados os anjos apóstatas, mas também todas as pessoas que tiverem vivido sobre a terra comparecerão ante o tribunal de Cristo, a fim de darem conta dos seus pensamentos, palavras e feitos, e receberem o galardão segundo o que tiverem feito, o bem ou o mal, por meio do corpo.

Ref. At 17:31 ; Jo 5:22,27; Jd 6; II Pe 2:4; II Co 5:10; Ec 12:14; Rm 2:16;14:10,12; Mt 12:36,37.

II. O fim que Deus tem em vista, determinando esse dia, é manifestar a sua glória - a glória de sua misericórdia na salvação dos eleitos, e a glória da sua justiça na condenação dos réprobos, que são perversos e desobedientes. Os justos irão, então, para a vida eterna, e receberão aquela plenitude de gozo e alegria procedentes da presença do Senhor; mas os ímpios, que não conhecem a Deus nem obedecem ao Evangelho de Jesus Cristo, serão lançados nos eternos tormentos e punidos com a destruição eterna, proveniente da presença do Senhor e da glória do seu poder.

Ref. R,om., 9:23; Mt 25:21; Rm 2:5,6; II Ts 1:7,8; Mt 25:31-34; At 3:19.

III. Assim como Cristo, para afastar os homens do pecado e para maior consolação dos justos nas suas adversidades, quer que estejamos firmemente convencidos de que haverá um dia de juízo, assim também quer que esse dia não seja conhecido dos homens, a fim de que eles se despojem de toda confiança carnal, sejam sempre vigilantes, não sabendo a que hora virá o Senhor, e estejam prontos a dizer: "Vem logo, Senhor Jesus". Amém.

Ref. II Pe 3:11,14; II Co 5:11; II Ts 1:5-7; Lc 21:27,28; Mt 24:36,42-44; Mc 13:35-37; Lc 12:35,36; Ap 22:20.

PREFÁCIO AOS NOVOS CAPÍTULOS

Considerando a conveniência de exprimir claramente a doutrina da Igreja a respeito do Espírito Santo, das Missões e do amor de Deus para com todos os homens, foram acrescentados os seguintes capítulos:

CAPÍTULO XXXIV **DO ESPÍRITO SANTO**

I. O Espírito Santo é a terceira pessoa da Trindade, procedente do Pai e do Filho, da mesma substância e igual em poder e glória, e deve-se crer nele, amá-Lo, obedecê-Lo e adorá-Lo, juntamente com o Pai e o Filho, por todos os séculos.

Ref. Mt 3:16,17;28:19; II Co 13:13; Jo 15:26;16:13,14;17:24.

II. É Ele o Senhor e Doador da vida, presente em toda parte na natureza, e é a fonte de todos os pensamentos bons, desejos puros e conselhos santos que se encontram nos homens. Por Ele os profetas foram levados a falar a Palavra de Deus, e todos os autores da Sagrada Escritura foram inspirados a registrar de um modo infalível a disposição e a vontade de Deus. A dispensação do Evangelho foi-lhe entregue de um modo especial. O Espírito Santo prepara o caminho para o Evangelho, acompanha-o com seu poder persuasivo e recomenda a sua mensagem à razão e à consciência dos homens, de maneira que os que rejeitam a oferta misericordiosa, ficam não somente sem desculpa, mas também culpados de terem resistido ao Espírito Santo.

Ref. Rm 8:2; Gn 1:2; Sl 139:7; Jo 16:13,14; II Pe 1:19-21; Jo 14:16; 16:7-11; At 7:51-53.

III. O Espírito Santo, o qual o Pai prontamente dá a todos os que Lho pedirem, é o único agente eficaz na aplicação da redenção. Ele convence os homens do pecado, leva-os ao arrependimento, regenera-os pela sua graça e persuade-os e habilita-os a abraçar a Jesus Cristo pela fé. Ele une todos os crentes a Cristo, habita neles como seu Consolador e Santificador, dá-lhes o espírito de adoção e de oração, e cumpre neles todos os graciosos ofícios pelos quais eles são santificados e selados até ao dia da redenção.

Ref. Lc 11:13; At 1:5; 5:32; Jo 16:8; At 2:37,38; Tt 3:4-7; At 8:29,37; I Co 12:13; 3:16,17; Rm 8:15; Ef 4:30.

IV. Pela presença do Espírito Santo nos seus corações, todos os crentes, estando intimamente unidos a Cristo, a Cabeça, estão assim unidos uns aos outros na Igreja, que é o seu corpo. Ele chama e unge os ministros para o seu santo ofício, prepara todos os outros oficiais da Igreja para o seu trabalho especial e concede vários dons e graças aos demais membros. Ele torna eficazes a Palavra e as ordenanças do Evangelho. Por Ele a Igreja será preservada e aumentada até cobrir a face da terra; será purificada e, afinal, tornada perfeitamente santa na presença de Deus.

Ref. Ef 1:22,23; At 20:28; I Co 12:11; Ef 5:27.

CAPÍTULO XXXV

DO AMOR DE DEUS E DAS MISSÕES

I. Em seu amor infinito e perfeito - e tendo provido no pacto da graça, pela mediação e sacrifício do Senhor Jesus Cristo, um caminho de vida e salvação suficiente e adaptado a toda a raça humana decaída como está - Deus determinou que a todos os homens esta salvação de graça seja anunciada no Evangelho.

Ref. Jo 3:16; I Tm 4:10; Mc 16:15

II. No Evangelho Deus proclama o seu amor ao mundo, revela clara e plenamente o único caminho da salvação, assegura vida eterna a todos quantos verdadeiramente se arrependem e crêem em Cristo, e ordena que esta salvação seja anunciada a todos os homens, a fim de que conheçam a misericórdia oferecida e, pela ação do Seu Espírito, a aceitem como dádiva da graça.

Ref. Jo 3:16; 14:6; At 4:12; I Jo 5:12; Mc 16:15; Ef 2:4,8,9.

III. As Escrituras nos asseguram que os que ouvem o Evangelho e aceitam imediatamente os seus misericordiosos oferecimentos, gozam os eternos benefícios da salvação; porém, os que continuam impenitentes e incrédulos agravam a sua falta e são os únicos culpados pela sua perdição.

Ref. Jo 5:24;3:18.

IV. Visto não haver outro caminho de salvação a não ser o revelado no Evangelho, e visto que, conforme o usual método de graça divinamente estabelecido, a fé vem pelo ouvido que atende à Palavra de Deus, Cristo comissionou a sua Igreja para ir por todo o mundo e ensinar a todas as nações. Todos os crentes, portanto, têm por obrigação sustentar as ordenanças religiosas onde já estiverem estabelecidas e contribuir, por meio de suas orações e ofertas e por seus esforços, para a dilatação do Reino de Cristo por todo o mundo.

Ref. Jo 14:6; At 4:12; Rm 10:17; Mt 28:19,20; I Co 4:2; II Co 9:6,7,10.

NOTA HISTÓRICA

Desde julho de 1643 até fevereiro de 1649, reuniu-se em uma das salas da Abadia de Westminster, na cidade de Londres, o Concílio conhecido na história pelo nome de Assembléia de Westminster. Este Concílio foi convocado pelo parlamento inglês, para preparar uma nova base de doutrina, forma de culto e governo eclesiástico que devia servir para a Igreja do Estado nos três reinos.

Em um sentido, a ocasião não foi propícia. Já começara a luta entre o Parlamento e o rei, Carlos I, e durante as sessões do concílio o país foi agitado pela revolução em que o rei perdeu a vida e Cromwell tomou as rédeas do governo. Em outro sentido, a ocasião foi oportuna. Os teólogos mais eruditos daquele tempo tomaram parte nos trabalhos da Assembléia. A Confissão de Fé e os Catecismos foram discutidos ponto por ponto, aproveitando-se o que havia de melhor nas Confissões já formuladas, e o resultado foi a organização de um sistema de doutrina cristã baseado na Escritura e notável pela sua coerência em todas as suas partes.

O Parlamento não conseguiu o que almejava quando nomeou os membros do Concílio. A Confissão de Fé foi aprovada, mas apenas poucos meses a Igreja Presbiteriana foi nominalmente a Igreja do Estado na Inglaterra.

A Confissão de Westminster foi a última das confissões formuladas durante o período da Reforma. Até agora tem havido na história da Igreja somente dois períodos que se distinguiram pelo número de credos ou confissões que neles foram produzidos. O primeiro pertence aos séculos IV e V, que produziram os credos formulados pelos concílios ecumênicos de Nicéia, Constantinopla, Éfeso e Calcedônia; o segundo sincroniza com o período da Reforma. Os símbolos do primeiro período chamam-se "credos", os do segundo "confissões". Uma comparação entre o Credo dos Apóstolos, por exemplo, e a Confissão de Westminster mostrará a diferença. O Credo é a fórmula de uma fé pessoal e principia com a palavra "Creio". A Confissão de Fé de Westminster segue o plano adotado no tempo da Reforma, é mais elaborada e apresenta um pequeno sistema de teologia. Esse sistema é conhecido pelo nome de Calvinismo, por ser o que João Calvino ensinou, e foi aceito pelas Igrejas Reformadas, que diferiam das Luteranas.

A utilidade de uma Confissão de Fé evidenciou-se na história das Igrejas Reformadas ou Presbiterianas. Sendo a Confissão de Westminster a mais perfeita que elas conseguiram formular, serve de laço de união e estreita as relações entre os presbiterianos de todo o mundo. Os Catecismos especialmente têm servido para doutrinar a mocidade nas puras verdades do Evangelho.

No tempo em que se reuniu a Assembléia, e por muito tempo antes, todos sustentavam a necessidade da união da Igreja e do Estado, e originalmente havia no Capítulo que trata do Magistrado Civil uma seção ensinando essa necessidade.

Ao formar-se a Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos da América do Norte, em 1788, essa seção foi omitida, pois ali quase todos entendiam que a Igreja devia estar livre de toda união com o Estado, sendo cada um livre e independente na esfera que lhe pertence.

Em 1887, ou quase cem anos mais tarde, a Igreja geralmente chamada Igreja do Norte eliminou a última parte da Seção IV do Capítulo XXIV, que dizia:

"O viúvo não pode desposar nenhuma parente carnal de sua mulher nos graus de parentesco em que não possa desposar uma das suas próprias parentes, nem a viúva poderá casar-se com um parente carnal de seu marido nos graus de parentesco em que não possa casar-se com um de seus próprios parentes".

O Sínodo do Brasil organizado em 1888, fez igual eliminação. No ano 1903 a mesma Igreja do Norte dos Estados Unidos fez outras emendas importantes e também acrescentou mais dois capítulos à Confissão de Fé. As duas Seções que foram modificadas, rezam do modo seguinte:

CAPÍTULO XVI - SEÇÃO VII:

As obras feitas pelos não regenerados, embora sejam quanto à matéria, coisas que Deus ordena e em si mesmas louváveis e úteis, e embora o negligenciá-las seja pecaminoso e ofensivo a Deus, não obstante, em razão, de não procederem de um coração purificado pela fé, elas não são feitas devidamente - segundo a Palavra - nem para um fim justo - a glória de Deus - ficam aquém do que Deus exige e não podem preparar homem algum para receber a graça de Deus.

CAPÍTULO XXV - SEÇÃO VI:

Nosso Senhor Jesus Cristo é o único Cabeça da Igreja, e a pretensão de qualquer homem ser vigário de Cristo e cabeça da Igreja, é contrária à Escritura nem tem base alguma na História e é uma usurpação que desonra a nosso Senhor Jesus Cristo.

Também foram acrescentados mais dois Capítulos à Confissão de Fé, que são os seguintes:

CAPÍTULO XXXIV - DO ESPÍRITO SANTO

CAPÍTULO XXXV - DO AMOR DE DEUS E DAS MISSÕES

A AUTORIDADE DA CONFISSÃO DE FÉ E DOS CATECISMOS

Pessoas há que estranham adotar a Igreja Presbiteriana uma Confissão de Fé e Catecismos como regra de fé, quando sustenta sempre ser a Escritura Sagrada sua única regra de fé e de prática. A incoerência é apenas aparente. A Igreja Presbiteriana coloca a Bíblia em primeiro lugar. É ela só que deve obrigar a consciência.

É também princípio fundamental da Igreja Presbiteriana que toda autoridade eclesiástica é ministerial e declarativa; que todas as decisões dos concílios devem harmonizar-se com a revelação divina. A consciência não se deve sujeitar a essas decisões se forem contrárias à Palavra de Deus.

Ainda outro princípio da mesma Igreja é que os concílios, sendo de homens falíveis, podem errar, e muitas vezes têm errado. Suas decisões, portanto, não podem ser recebidas como regra absoluta e primária de fé e prática; servem somente para ajudar na crença ou na conduta que se deve adotar. O supremo juiz de todas as controvérsias, em matéria religiosa, é o Espírito Santo falando na e pela Escritura. Por esta, pois, devem-se julgar toda e qualquer decisão dos concílios e toda e qualquer doutrina ensinada por homens.

Admitir-se a falibilidade dos concílios não é depreciar a autoridade da Confissão de Fé e dos Catecismos para aqueles que de livre vontade os aceitem. Admitindo tal, a Igreja somente declara que depende do Autor da Escritura, e recebe a direção do seu Espírito na interpretação da Palavra e nas fórmulas de aplicar suas doutrinas. A Igreja

Presbiteriana sustenta que a Escritura é a suprema e infalível regra de fé e prática; e também que a Confissão de Fé e os Catecismos contêm o sistema de doutrina ensinado na Escritura, e dela deriva toda a sua autoridade e a ela tudo se subordina.

É justamente porque cremos que a Confissão de Fé e os Catecismos estão em harmonia com a Escritura, nossa regra infalível, que os aceitamos. Não existem, pois, na Igreja Presbiteriana, duas regras de fé, mas uma só, suprema e infalível. As outras fórmulas são subordinadas e falíveis, necessárias para a pureza, governo e disciplina da Igreja. Assim a experiência de muitos séculos o tem demonstrado.

J. M. K.

**Transposição para meio digital feita pelo
Presb. Eduardo Gonçalves Pinheiro - Igreja
Presbiteriana de Santo André, S.P. 1998.**